



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

MARCILENE BARROS LIMA

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs):** um estudo sobre a transparência na elaboração da prestação de contas e dos relatórios financeiros emitidos nas organizações não governamentais do **DF**.

Brasília – DF

2011

MARCILENE BARROS LIMA

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs):** um estudo sobre a transparência na elaboração da prestação de contas e dos relatórios financeiros emitidos nas organizações não governamentais do **DF**.

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Supervisor Mestre Mac Amaral Cartaxo

Professora Tutora Especialista Neuracy Maria dos Santos Cartaxo

Brasília – DF

2011

Lima, Marcilene Barros.

Organizações Não Governamentais (ONGs): um estudo sobre a transparência na elaboração da prestação de contas e dos relatórios financeiros emitidos nas organizações não governamentais do DF. – Brasília, 2011.

85 f.: il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2011.

Orientadora: Professora Tutora Neuracy Maria dos Santos Cartaxo, Departamento de Administração.

1. ONGs 2. Prestação de Contas 3. Ética 4. Transparência 5. Relatório. I. Cartaxo, Neuracy Maria dos Santos II. Título

MARCILENE BARRO LIMA

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs):** um estudo sobre a transparência na elaboração da prestação de contas e dos relatórios financeiros emitidos nas organizações não governamentais do **DF**.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

**Marcilene Barros Lima**

Mac Amaral Cartaxo  
Professor-Orientador

Titulação, Nome completo,  
Professor-Examinador

Titulação, nome completo  
Professor-Examinador

Brasília, 03 de dezembro de 2011.

## DEDICATÓRIA

Ao Supremo DEUS, merece minha dedicatória, porque me concedeu sua bênção através a aprovação nesse curso. Obrigada Senhor, tu és a minha a fortaleza, minha rocha e o meu alimento espiritual.

*Com Deus está a sabedoria e a força; ele tem conselho e entendimento. Jó 12:13*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. José Matias Pereira, que foi o idealizador do projeto Piloto-Pedagógico do Curso de Graduação em administração a Distância – Região Norte, juntamente com os Coordenadores e Professores da UnB, MEC-SEED, Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior.

Agradeço ao meu orientador Prof. Mac Amaral Cartaxo e aos meus tutores orientadores Bruno Ciuffo Moreira e Neuracy Maria dos Santos Cartaxo, que me orientaram em todas as etapas da elaboração desse projeto.

As organizações não governamentais do Distrito Federal, na qual tive a oportunidade de realizar o trabalho de pesquisa.

A todos os demais professores-tutores, em especial a tutora Josivania Silva Farias, que fizeram parte da história do curso ADMEAD NORTE – pólo DF, de forma a contribuírem com a disseminação de seus conhecimentos, através da troca do saber e motivação, dando condições de trilharmos novos desafios.

Aos funcionários do Departamento de Administração Curso de Graduação em Administração a distância, que sempre foram prestativos e sempre atentos em atender da melhor forma possível. Em especial a Luciane, Delma, Daniel, Léo e a Sara.

A minha mãe Maria Valdeci e minha família, que me apoiou desde o início do curso, me incentivando a realizar o curso até o fim.

A minha turma, em especial aos meus amigos e colegas do curso da turma de Palmas /TO e da turma do DF, considerando os amigos mais próximos (Wallace, Suely, Ricardo, Jocerlan, Raul e Isaias), na qual estivemos juntos nos grupos de seminários ou no aprendizado diariamente, um incentivando o outro a não desistir. E a todos que não foram citados, mas que contribuíram para o meu crescimento e aprendizado.

A todos vocês. MUITO OBRIGADA, que DEUS lhes abençoe sempre.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar como é realizada a transparência na elaboração da prestação de contas e dos relatórios financeiros emitidos nas organizações não governamentais (ONGs) do Distrito Federal (DF), de modo a viabilizar novos recursos. Para que chegasse nessa análise foi necessário o conhecimento do terceiro setor, como mais um segmento da economia no Brasil, sua representação realizada pelas organizações sem finalidades lucrativas e não governamental. Por meio do objetivo geral e específico da pesquisa, buscou-se descrever o perfil, atuação e funcionamento das ONGs no DF; bem como: identificar quais os critérios adotados na captação de recursos, discorrer sobre ética, analisar os aspectos da transparência na elaboração da prestação de contas e demonstração dos relatórios financeiros. A pesquisa bibliográfica contribuiu para a elaboração de 15 perguntas aplicadas aos gestores de 45 ONGs. Conclui-se que as organizações não governamentais do DF, realizam a prestação de contas e emitem os relatórios financeiros com transparência, observando que, há necessidade de profissional que conheça as normas e regras da contabilidade na organização, sendo um quesito importante que poderá contribuir na área financeira, gerando transparência e credibilidade para a ONG.

Palavras-chave:

1. ONGs    2. Prestação de Contas    3. Ética    4. Transparência    5. Relatório

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Número de Entidades sem fins lucrativos .....	22
Tabela 2– Número de Entidades sem fins lucrativos – Região Centro Oeste .....	22
Tabela 3– Fonte de Recurso das Entidades brasileiras do terceiro setor.....	25
Tabela 4– Motivos pelos quais as empresas realizam ações sociais.....	27
Tabela 5– O que gera maior dificuldade para elaboração da prestação de contas .....	35
Tabela 6– Apresentação da prestação de contas nos sítios eletrônicos das ONGs .....	36
Tabela 7– Informação requerida pelos financiadores / doadores de recursos das ONGs .....	40
Tabela 8– Efeito das exigências de prestação de contas e relatórios das agências financiadoras .....	42
Tabela 9– Estrutura da Metodologia.....	46
Tabela 10– Objetivos Específicos X Questionário aplicado .....	49
Tabela 11– Questão 07: Qual o percentual da origem da receita .....	56
Tabela 12– Questão 08: Quando o doador realiza a transferência de recurso, a empresa oferece algum brinde, como meio de retribuição.....	57
Tabela 13– Questão 09: Quem elabora a prestação de contas na organização.....	58
Tabela 14– Questão 11: A quem é destinada a prestação de contas.....	60
Tabela 15– Questão 12: Qual a maior dificuldade para a elaboração da prestação de contas ...	61
Tabela 16– Questão 01: Como é realizada a divulgação externa de relatório financeiro .....	62
Tabela 17– Questão 02: Quais as informações necessárias solicitadas pelos financiadores de recursos das ONGs.....	63
Tabela 18– Questão 03: Na divulgação do relatório financeiro, são disponibilizados (marques todas as opções que a ONG divulga).....	64
Tabela 19 - Organizações não governamentais do Distrito Federal que responderam o questionário .....	77



## **LISTA DE FIGURAS**

Gráfico 1- Questão 03: Dados da Empresa.....	52
Gráfico 2- Questão 06: A sua organização está envolvida principalmente com (escolha apenas a alternativa que melhor define a sua ONG).....	53
Gráfico 3- Questão 05: Responsável pela organização .....	54
Gráfico 4- Questão 04: Recursos Humanos .....	55
Gráfico 5- Questão 10 - As normas e regras da contabilidade para a prestação .....	59

## **ANEXOS**

Anexos 1– Demonstrativo da Execução Financeira (Receitas e Despesas).....	80
Anexos 2– Relação de pagamentos efetuados.....	81
Anexos 3 – Relatório de Execução Física .....	82
Anexos 4– Relação de Bens adquiridos ou produzidos .....	83

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABCR – Associação Brasileira de Captação de Recursos  
ABONG – Associação Brasileira de Organizações não governamentais  
CEMPRE – Cadastro Central de Empresas  
CFC – Conselho Federal de Contabilidade  
CGU – Controladoria Geral da União  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.  
IBGE – Instituto de Geografia e Estatística  
IBGE – Instituto de Geografia e Estatística  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica  
NBC – Normas Brasileira de Contabilidade  
ONG – Organização não governamentais  
OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
RAIS – Relação anula de informações sociais  
SINCOV– Sistema de gestão de convênios  
TCU – Tribunal de Contas da União

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1	Contextualização .....	14
1.2	Formulação do problema .....	16
1.3	Objetivo Geral.....	17
1.4	Objetivos Específicos.....	17
1.5	Justificativa.....	18
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>20</b>
2.1	Definição das Organizações Não Governamentais (ONGs) .....	20
2.1.1	Surgimento das ONGs no Brasil .....	21
2.1.2	Atividades desenvolvidas pelas ONGs .....	23
2.2	Dos Aspectos Jurídicos para ONGs .....	23
2.3	Dos procedimentos para captação e doação de recursos .....	25
2.3.1	Motivação para doações de recursos .....	26
2.3.2	Da Captação de Recursos no Setor Público .....	28
2.3.3	Da Captação de Recursos no Setor Privado .....	29
2.3.4	Da Captação de Recursos com Pessoas Físicas .....	29
2.4	Normas e regras da contabilidade para prestação de contas.....	30
2.5	Da transparência na divulgação das informações pelas ONGs.....	32
2.6	Da transparência por meio da elaboração da prestação de contas.....	34
2.7	Da transparência por meio da publicação da prestação de contas.....	36
2.8	Da elaboração do relatório financeiro.....	39
2.9	Da emissão do relatório financeiro.....	40
2.10	Ética nas ONGs .....	42
<b>3</b>	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA</b> .....	<b>44</b>
3.1	Estruturação da Pesquisa .....	46
3.2	Caracterização da organização, setor ou área do objeto de estudo.....	47
3.3	Instrumento de pesquisa .....	48
3.4	Procedimentos de coleta e de análise de dados .....	49
3.5	Limitações da Pesquisa .....	50
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>51</b>
4.1	Perfil, atuação e funcionamento das ONGs no DF .....	51
4.1.1	Perfil das ONGs .....	52
4.1.2	Ramo da Atuação das ONGs .....	53
4.1.3	Funcionamento das ONGs.....	54
4.2	Critérios adotados pelas ONGs no DF na Captação de Recursos .....	56
4.2.1	Captação de Recursos .....	56
4.3	Ética nas Organizações.....	57

4.3.1	Distribuição de brindes havendo transferência de recursos para a ONG.....	57
4.4	Transparência nas ONGs do DF .....	57
4.4.1	Responsável pela elaboração na prestação de contas .....	58
4.4.2	Das normas e regras da contabilidade para prestação de contas .....	59
4.4.3	A quem é destinada a prestação de contas .....	60
4.4.4	Dificuldades encontradas na elaboração das prestações de contas .....	61
4.5	Demonstração dos Relatórios Financeiros da ONGs no DF .....	62
4.5.1	Divulgação Externa de Relatório Financeiros da ONGs.....	62
4.5.2	Informações necessárias pelos financiadores de recursos das ONGs.....	63
4.5.3	Na divulgação do relatório financeiro, são disponibilizados: .....	64
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>65</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>74</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>80</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais surge a necessidade do trabalho voluntário, realizado pela sociedade brasileira, por meio das organizações sem fins econômicos nas diversas modalidades, a fim de suprir as necessidades coletivas gerais, promovendo o desenvolvimento econômico social. Será apresentado nesse estudo o Terceiro Setor, especificadamente o funcionamento das Organizações não Governamentais, seu perfil, característica, transparência na elaboração da prestação de contas e da divulgação de seus relatórios.

Segundo Fernandes (1994, p.21), o conceito de **Terceiro Setor** é:

[...] um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. “Bens e serviços públicos”, nesse caso implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas.

Segundo a cartilha do Terceiro Setor (2007) conceitua o terceiro setor como;

Um espaço ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos que realizam atividades complementares às públicas, visando contribuir com a sociedade na solução de problemas sociais e em prol do bem comum.

O Terceiro Setor surgiu no Brasil a partir do século XIX, sendo considerado mais um dos componentes do segmento da Economia. Seu surgimento ocorreu em função da deficiência do Estado no atendimento às questões sociais, nos seus diversos seguimentos (filantrópico, cultural, recreativo, científico, preservação do meio ambiente, dentre outros).

Constitui os 03 segmentos da economia:

- **Primeiro Setor:** representado pelo Estado com sua finalidade pública.
- **Segundo Setor:** cuja representação se dá pela sociedade civil e pelas sociedades com finalidade privada corporativa e privada lucrativa e por último;
- **Terceiro Setor:** por organizações sem finalidades lucrativas e não governamentais, com a geração de serviços de caráter público;

Segundo o Código Civil as entidades do Terceiros Setor, são regidas pela Lei nº 10.406/02, 10.825/03 e 11.127/05, juridicamente são constituídas na forma de associações ou fundações.

Para Campos (1999), No Brasil, o Terceiro Setor é **composto por:**

- Organizações não governamentais (ONGs);

- Entidades de natureza privada sem fins lucrativos, associações, fundações, e organizações da sociedade civil (OSCs);

- Organizações sociais (OSs): Qualificada às entidades privadas sem fins lucrativos (Associações, fundações ou sociedade civis), que exercem atividades de interesse público.

As Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs): É uma qualificação concedida pelo Ministério da Justiça por meio do Decreto Lei 3.100/99. Assim, a ONG poderá firmar parcerias com o poder público. O acesso a qualificação da OSCIPs é vedado a sociedades comerciais, sindicatos, associações de classe, instituições religiosas, partidos, entidades de benefício mútuo e que comercializam planos de saúde, escolas e instituições hospitalares privadas, organizações sociais, cooperativas, organizações creditícias e fundações, sociedades civis ou associações de direito privado instituídas pelo poder público.

Na concepção de Peter Druker (1994, p. 3), uma ONG “[...] existe para provocar mudanças nos indivíduos e na sociedade”. Para José Roberto Bassul Campos (1999, p. 4), uma organização não governamental (ONG) é:

[...] um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania.

De acordo com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), fundada em 1991, ampara e regulamenta as ONGs no Brasil, modo que as ações realizadas, na maioria são voltadas para educação, formação e capacitação dos indivíduos, de forma coletiva, por meio de movimentos populares e sindicatos, sendo consideradas organizações não governamentais para ela, conforme o art. 2º de seu Estatuto Social:

[...] as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático [...]

No desenvolvimento dos projetos e atividades realizadas pelas ONGs, são fundamentais aportes financeiros de diversas fontes, tais como: agências internacionais, de cooperação, agências multilaterais e bilaterais, órgãos do governo brasileiro e comercialização de produtos e venda de serviços, pessoa jurídica e pessoa física.

Segundo José Roberto Bassul Campos (1999, p. 8), as maiores parcelas das receitas das ONGs advêm das agências internacionais e de órgãos do governo brasileiro, sendo que, no tocante à captação de recursos, o Brasil é o país que mais investe nos programas de

financiamentos para as questões sociais. Assim, para que as ONGs possam funcionar, há necessidade de captação de recursos oriundos tanto do Estado (público, privado e pessoa física).

Acerca da transparência pública, sobre o andamento físico e financeiro das ONGs, a prestação de contas é fundamental nesse processo. De acordo com o Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social, editado pelo Conselho Federal de Contabilidade (2004, p. 103):

Prestação de contas é o conjunto de documentos e informações disponibilizadas pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados, da gestão dos administradores das entidades, de acordo com as competências de cada órgão estabelecida no seu estatuto ou lei.

Portanto, a transparência das prestações de contas realizadas pelas ONGs é emitida via relatório, podendo estar disponível ao público, visando à apresentação de resultados das ações das atividades físicas e financeiras.

## 1.1 Contextualização

Para Milani Filho (2004), o terceiro setor no Brasil é destacado em especial toda a sociedade, independente das características operacionais e área de atuação, devendo esse setor atender às expectativas de seus interesses, sendo representados nessa modalidade os doadores de recursos, representados pelos financiadores dos projetos sociais executados pelas entidades sem fins lucrativos, de modo a realizar os projetos direcionados aos seus beneficiários carentes.

Segundo Thompson (2005, p. 45) o espaço de desenvolvimento das entidades do Terceiro Setor está compreendido num processo de abertura democrática em que a sociedade tem experimentado uma nova cultura de participação por meio do controle social, de organizações não governamentais (ONGs) e de ações de responsabilidade social, ou seja, atividades que envolvem atores sociais tanto públicos quanto privados e civis de forma concomitante.

É entendido para PAES (2006) que no Brasil as entidades sem fins lucrativos que desejam desfrutar de benefícios fiscais ou fazer convênios com o poder público, devem ser cadastradas no órgão específico, recebendo um certificado concebido pelo governo federal, estadual e municipal, de forma a disponibilizar informações ao governo brasileiro.



O órgão que recebe os cadastros das entidades do terceiro setor no Brasil é o Ministério da Justiça, esse órgão divulga informações de forma transparente para a sociedade, pelo sítio de divulgações na internet pelas entidades cadastradas.

Segundo MILANI FILHO; et. Al. 2001, identificar as origens de recursos é fundamental para a continuidade das entidades sem fins lucrativos, não somente detectar as origens e também a manutenção da mesma. Através da realização da Prestação de Contas, os financiadores das entidades saberão como estão sendo utilizados os recursos concedidos por eles.

O Terceiro Setor tem despertando grande interesse a sociedade, principalmente sobre o repasse de dinheiro público, e qual sua destinação. Em outubro de 2007 foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, a fim de desvendar os casos de irregularidades e fraudes nessas entidades.

Segundo publicado no artigo Quanto mais transparente, mais colorido é o Terceiro Setor, a autora relata sobre o surgimento da CPI das ONGs. A motivação da CPI surgiu após a identificação das auditorias do Tribunal Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) mostraram irregularidades administrativas em 15 das 28 ONGs analisadas entre 1999 e 2005.

Na avaliação do TCU, elas não tinham qualificação técnica, condições administrativas e operacionais, pessoal qualificado, experiência para receber os recursos, apresentavam metas vagas e prestações de contas confusas. Além disso, algumas foram criadas apenas três meses antes da realização do contrato com o governo. Estudo realizado pelo sítio de Contas Abertas revela que, de 2001 a 2006, as ONGs brasileiras receberam R\$14 bilhões em repasses de verbas da União.

Segundo investigações do TCU, 28 entidades sociais de todo o Brasil devem ter suas contas analisadas detalhadamente entre os anos de 1999 e 2006, já que mostraram algumas irregularidades na declaração de seus recursos.

Para a diretora executiva da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong), Tatiana Dahmer, a CPI foi criada com intuito político, mas pode ajudar o setor. "Questionada sobre se não é prejudicial para o setor uma comissão de investigação sobre esses convênios, Tatiana afirmou que é "uma boa oportunidade" de dar transparência para o setor.

Atualmente, um assunto que tem se destacado na mídia são as irregularidades obtidas pelas ONGs, por meio do programa segundo tempo, onde os escândalos sobre a divulgação era o esquema de corrupção por desvio de dinheiro da pasta do Ministério do Esporte, juntamente

com ONGs, cujo foco principal do projeto era levar o esporte para as comunidades carentes do país, através dos projetos assinados com o governo.

O presente trabalho apresentará o surgimento das Organizações não Governamentais (ONGs) no Brasil, seus conceitos, características, funcionamento, aportes financeiros, prestação de contas e como são emitidos seus relatórios financeiros de maneira transparente para a sociedade.

## 1.2 Formulação do problema

Mariângela Franco Camargo et al. (2001, p. 65) relata a dificuldade do Estado Brasileiro, acerca das destinações sociais, por não haver um controle permanente, sabendo-se da necessidade de um monitoramento rigoroso dos recursos liberados, conforme a destinação desse orçamento do Estado. Assim, por não haver um controle real, necessária se faz uma reforma, com o objetivo de evitar a corrupção e o desperdício dos recursos.

Segunda a referida autora, havendo um controle do Estado sobre as verbas liberadas, os recursos poderiam ser melhor aproveitados, gerando benefícios para as ONGs e não apenas o recebimento de fontes financiadoras, sendo de suma importância para as ONGs buscar a eficiência na realização da gestão nos projetos autorizados.

De acordo com o TCU (2011), a prestação de contas é tratada como uma “[...] obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual se é responsável”, explica ainda, que a prestação de contas é a “base da transparência e do controle social”. Segundo GIMENES (2010, p. 137) “[...] conforme o Tribunal de Contas da União metade das prestações de contas dessas entidades apresenta irregularidades e erros”.

A prestação de contas e a divulgação de informações financeiras, geradas pelas ONGs, são consideradas requisitos fundamentais para os financiadores dos projetos e aportes de recursos. Quando a entidade divulga por meio da publicação de relatórios oriundos da prestação de contas, com informações precisas e padronizadas, com a tal transparência, facilitará na tomada de decisão dos financiadores dos recursos, de modo indicar a entidade como um referencial perante as demais entidades.

Segundo Olak e Nascimento (2006, p. 24), os relatórios de prestação de contas têm por finalidade o fornecimento de informações referentes às atividades desenvolvidas pela entidade, o público atendido, a movimentação financeira e bancária da instituição, quantidade de

colaboradores remunerados e voluntários que atuam na entidade, aos convênios celebrados pela organização e ao parecer e relatório de auditoria independe.

Conforme Matias-Pereira (2009, p. 31), a transparência no Terceiro Setor, efetivada por meio do acesso de informação a respeito da entidade, vem se tornando cada vez mais democrática numa relação entre a entidade e a sociedade.

Para Falconer (2001),

[...] as organizações filantrópicas deveriam operar com transparência revelando critérios de acesso aos recursos. Porém demonstram que essa prática não é freqüente e afirmam que no Brasil são poucas as organizações que publicam informações complementares, tais como diretrizes e guias de aplicação de recursos, mesmo sendo este um dos meios de promover a transparência.

Portanto, a pergunta que esta pesquisa visa a responder é: **A prestação de contas e os relatórios financeiros apresentados pelas organizações não governamentais (ONGs) do Distrito Federal (DF) são transparentes de modo a viabilizar novos recursos?**

### 1.3 Objetivo Geral

Analisar como é realizada a elaboração da prestação de contas e emissão dos relatórios financeiros de forma transparente, nas organizações não governamentais (ONGs) do Distrito Federal (DF) de modo a viabilizar novos recursos.

### 1.4 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa será necessário cumprir os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o perfil, atuação e funcionamento das ONGs no DF;
- Identificar quais os critérios adotados pelas organizações não governamentais na captação de recursos;
- Discorrer sobre a ética nas organizações não governamentais
- Analisar os aspectos da transparência na elaboração da prestação de contas adotada pelas ONGs; e
- Demonstrar os Relatórios Financeiros da ONGs no DF.

## 1.5 Justificativa

O Manual de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não governamentais (2004, p. 123) discorre sobre a importância do orçamento, sendo este o instrumento de planejamento mais eficaz de uma organização, pois permite o controle financeiro de um período com a análise de receitas e despesas ocorridas decorrentes dos projetos realizados.

Sabe-se que as organizações não governamentais (ONGs) trabalham geralmente com projetos específicos, assim, cada projeto recebe o seu orçamento. Acaso exista mais de um orçamento, a administração da organização poderá trabalhar com o orçamento global, sendo os orçamentos trabalhados em três fases: elaboração, execução e controle.

Segundo Mariângela Franco Camargo et al. (2001, p. 90), para que seja viável a captação de recursos no Setor Privado para organizações não governamentais (ONGs), são necessários os seguintes requisitos:

- ✓ apresentação da instituição;
- ✓ apresentação do problema/necessidade;
- ✓ detalhamento de estratégia de solução; e
- ✓ maneira de contribuição da doação dentro da estratégia traçada.

Para Camargo et al. (2001), a fidelização dos doadores pode ser realizada de diversas formas, observando que nunca podem faltar o agradecimento e a prestação de contas, realizados através dos relatórios apresentados.

[...] adquirir confiança e conhecer melhor a instituição para a qual contribui, o doador deve receber informativos periódicos da organização, acrescentando a história e casos de sucessos da entidade. A dependência de recursos de terceiros exige das organizações um contínuo aperfeiçoamento do processo de administração de suas finanças [...]. (CFC, 2003, p. 165).

Segundo Matias-Pereira (2008), a transparência tornou-se uma perspectiva democratizante surgida no fim do período de autoritarismo, em 1985, comenta, ainda, que a transparência das ações do governo está longe do ideal.

Segundo Presley Araújo Franco, as entidades do terceiro setor:

[...] buscam captar recursos de forma a auxiliar na manutenção dos projetos elaborados, sabe-se que os doadores e ou colaboradores do terceiro setor, provêm da sociedade, como uma das fontes de recursos para manutenção dos projetos das Organizações não governamentais, auxiliando com repasses de verbas.

Assim, cada vez mais, a transparência na prestação de contas das ONGs do Terceiro Setor está sendo um dos critérios mais importantes para a liberação de futuros recursos, no desenvolvimento dos projetos em andamentos, pois os doadores e colaboradores buscam, por meio de conhecimento sobre a aplicação do dinheiro por eles investido, onde estão sendo aplicados tais recursos e se estão sendo destinados para os devidos fins.

A contribuição da presente pesquisa está em analisar se a elaboração da prestação de contas e os relatórios emitidos pelas ONGs estão cumprindo ou não com seu papel de promover transparência, de forma a propiciar a adesão de novos colaboradores e doadores.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial abaixo, foram abordadas as fundamentações teóricas sobre as Organizações Não Governamentais, envolvendo conceitos, características, aspectos jurídicos, atividades desenvolvidas, compromisso junto à sociedade e a divulgação de dados, bem como a transparência pública, quesito importante para novos aportes.

### 2.1 Definição das Organizações Não Governamentais (ONGs)

Segundo o sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, citado pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), uma ONG é definida:

[...] por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. [...] As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham.

Para Peter Drucker (1994), uma ONG busca interagir com o ambiente externo, denominado como sistema econômico e social, para o funcionamento de suas atividades, sendo necessário um conjunto de recursos (pessoal, materiais, dinheiro, tecnologia, informações) utilizados na execução de suas atividades de apoio (administração, manutenção, marketing, etc.) e atividades principais (filantropia, esporte, lazer, religião, cultura, educação, saúde, etc.), as quais são denominadas de “produto social”, ou seja, pessoas atendidas. Portanto, seu resultado será gerado por meio das mudanças em pessoas - de comportamento, competência, saúde, capacidade, esperanças, cultura, etc.

José Roberto Bassul Campos, em estudo realizado em 1999 pela Consultoria do Senado Federal sobre o conceito de ONG, concluiu que esta é:

[...] um grupo social organizado, sem fins lucrativos, sob sua constituição formal e autônoma, com características voltadas nas ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania.

Ainda conforme o referido autor,

[...] os valores estão reconhecidos pelo próprio texto constitucional de 1988, que, em várias passagens, assegura a participação de entidades representativas na formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas. [...] Constituem exemplo dessas normas os arts. 29, XII; 198, III; 204, I; e 206, VI, os quais, ao lado de outros dispositivos da própria Constituição Federal, das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais, conferem às ONGs expressivo papel de representação da sociedade.

Olak e Nascimento (2006, p. 6) destacam as principais características das entidades sem fins lucrativos, com sendo:

- ✓ O lucro não é a sua razão de ser, mas um meio necessário para garantir a continuidade e o cumprimento de seus propósitos institucionais;
- ✓ Seus propósitos institucionais, quaisquer que sejam suas preocupações específicas, objetivam provocar mudanças sociais;
- ✓ O patrimônio pertence à sociedade como um todo ou segmento dela, não cabendo aos membros ou mantenedores quaisquer parcelas de participação econômica no mesmo; e
- ✓ As contribuições, doações e subvenções constituem-se, normalmente, nas principais fontes de recursos financeiros, econômicos e materiais das entidades sem fins lucrativos.

### 2.1.1 Surgimento das ONGs no Brasil

As ONGs surgiram no Brasil para auxiliar a realização da reformulação de atividades do Estado e para a ampliação nas mudanças do mercado de trabalho, onde a população está inserida, sendo as mesmas representadas pelos movimentos populares, onde participam da agenda política, com o seu surgimento no período de 1980 a 1990.

Em dezembro de 2004, foi realizado um estudo do universo associativo brasileiro, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA), juntamente com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e suas parcerias: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), onde as ONGs fizeram parte dessa pesquisa.

Nesse estudo identificaram que em 2002 existiam 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil, possibilitando, à época, geração de emprego para 1,5 milhões de pessoas. Os dados apresentados foram por meio de participantes de igrejas, hospitais, escolas, universidades, associações patronais e entidades de cultura e recreação, meio ambiente, de desenvolvimento e de defesa de direitos.

Em 2004 foi criado o Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRE, constituído de um acervo de dados sobre a atividade econômica do País, reunindo informações cadastrais e econômicas oriundas de pesquisas anuais da Instituição nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Nesse cadastro foram identificados dados das ONGs no Brasil e sua evolução no período de 2002 a 2005.

**Tabela 1– Número de Entidades sem fins lucrativos**

COPNI (Classificação dos objetivos das Instituições sem fins lucrativos ao Serviço das Famílias)	Números de Entidades	
	2002	2005
<b>Total</b>	<b>500.157</b>	<b>601.611</b>
Grupo 01 – Habitação	322	456
Grupo 02 – Saúde	3.798	4.464
Grupo 03 – Cultura e recreação	37.539	46.999
Grupo 04 – Educação e pesquisa	79.931	95.220
Grupo 05 – Assistência Social	32.249	39.395
Grupo 06 – Religião	70.446	83.775
Grupo 07 – Partidos Políticos, Associações Patronais e Profissionais	73.783	95.497
Grupo 08 – Meio Ambiente e proteção animal	1.591	2.562
Grupo 09 – Desenvolvimento e defesa de direitos	45.161	60.259
Grupo 10 – Outras instituições privadas sem fins lucrativos	155.337	172.984

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas, 2002 e 2005.

O Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRE acima, identificou ainda dados das ONGs no Brasil na localização do Centro Oeste, especificamente no Distrito Federal, sendo foco da pesquisa, seu progresso no período de 2005.

**Tabela 2– Número de Entidades sem fins lucrativos – Região Centro Oeste**

Distribuição, absoluta e relativa, das Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos e da população total, segundo grandes regiões e unidades federativas	Números de Entidades
	2005
Centro Oeste	
Total	21.668
Mato Grosso do Sul	4.273
Mato Grosso	5.115
Goiás	7.728
Distrito Federal	4.552

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas, estimativas das populações residentes em 2005.



## 2.1.2 Atividades desenvolvidas pelas ONGs

Para Tachizawa (2007, p. 23), as principais áreas de atuação nas Organizações não governamentais (ONGs) são:

- ✓ Educação;
- ✓ Organização popular e participação popular;
- ✓ Justiça e promoção de direitos;
- ✓ Fortalecimento de ONGs sem movimentos populares; e
- ✓ Relação de Gênero e discriminação sexual.

Segundo o autor, os principais beneficiários são:

- ✓ Organizações populares e movimentos sociais;
- ✓ Crianças e adolescentes;
- ✓ Mulheres;
- ✓ População em geral; e
- ✓ Trabalhadores e sindicatos rurais.

No que tange a fonte de recurso para o aporte financeiro, o autor discorre de:

- ✓ Agências Internacionais de cooperação;
- ✓ Comercialização de produtos e serviços,
- ✓ Órgãos governamentais federais;
- ✓ Empresas, fundações ou institutos empresariais brasileiros;
- ✓ Órgãos governamentais estaduais;
- ✓ Contribuições associativas;
- ✓ Órgãos governamentais municipais;
- ✓ Agências multilaterais e bilaterais;
- ✓ Doações individuais; e
- ✓ Outras.

## 2.2 Dos Aspectos Jurídicos para ONGs

As ONGs são regidas pelo Código Civil Brasileiro, por meio do seu art. 16, onde é enquadrada legalmente. A partir de 2005, foram inseridos novos critérios por meio da Lei

11.127, nos artigos 54, 57, 59, 60 e 2.031, a seguir apresentadas através das previsões estatutárias obrigatórias para as associações:

- a) A denominação, os fins e a sede;
- b) Os requisitos para admissão, demissão e exclusão de associados (as);
- c) Direitos e deveres dos associados (as);
- d) Fontes de recursos para sua manutenção;
- e) O modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos;
- f) As condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução da entidade;
- g) A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas;
- h) Os critérios de eleição dos (as) administradores (as).
- i) Modo de representação ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- j) Se os membros respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações sociais;
- k) Destino do patrimônio em caso de dissolução;
- l) Forma e quórum para convocação da assembléia geral.

O Novo Código Civil e o Estatuto Social das ONGs em junho de 2005, foi sancionada a Lei 11.127, a seguir:

As ONGs agora, como associações, também deverão ser identificadas estatutariamente como instituições **de fins não econômicos**. Isto não quer dizer que não possam praticar atividades econômicas. Também não quer dizer que não possam ter lucros. Da mesma forma que o termo anterior (sem fins lucrativos), este novo termo quer afirmar que as pessoas que se unem para fundar ou gerir uma ONG, o fazem com fins sociais e não econômicos. Ou seja, caso a instituição obtenha lucros, estes não serão divididos entre diretores, fundadores ou associados e sim direcionados para a atividade fim da instituição.

No estatuto não confundir "finalidade" com "atividade". A finalidade da instituição deve ser descrita como uma missão, ou seja, o principal objetivo da instituição. As atividades devem ser relacionadas em artigos separados e deverão identificar as ações institucionais para alcançar o objetivo principal.

O novo código fala ainda em "fins não econômicos" e não mais em "fins não lucrativos". Em termos práticos estes termos não alteram a realidade, só mudaram conceitualmente. Assim, a instituição que era de caráter não lucrativo (sem fins lucrativos), igualmente passou a ser de fins não econômicos.

### 2.3 Dos procedimentos para captação e doação de recursos

Segundo José Humberto da Cruz Cunha (2009, p. 30), 4.589 entidades cadastradas espontaneamente no Mapa do Terceiro Setor, pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, apresentam a seguinte distribuição em relação à fonte de recursos para financiamento de suas atividades: 46% são provenientes de recursos próprios, 33% financiados por investimentos privados e finalizando os 21% com recursos públicos.

Ainda segundo essa pesquisa, constatou-se que 3.546 entidades foram mais específicas sobre a fonte de recursos, sendo que 29,6% recebem doações de pessoas jurídicas, 9,4% recebem recursos por meio de convênios e subvenções governamentais e de empresas, e por último uma pequena parte de doações de organizações filantrópicas e organizações internacionais.

O quadro abaixo mostra a porcentagem de cada modalidade de aporte de recursos financeiros.

**Tabela 3– Fonte de Recurso das Entidades brasileiras do terceiro setor**

Modalidades de Doações	%
Doação pessoa jurídica	29,6
Doação pessoa física	13,8
Associados	10,4
Eventos	9,9
Geração de renda (venda de produtos e serviços)	9,1
Campanhas	8,1
Convênios e subvenções governamentais	6,7
Convênios e subvenções de empresas	2,7
Aplicações financeiras	2,4
Doação de organizações filantrópicas	2,4
Doações de organizações internacionais	1,9
Outros	1,7
Retorno financeiro sobre patrimônio próprio (aluguel)	1,3

**Fonte:** FGV- Mapa do Terceiro Setor (2005) apud Cunha, 2009, p. 30

Segundo pesquisas no sítio da ABONG, conclui-se que para o desenvolvimento de uma ONG, faz-se necessário a composição de uma equipe de trabalho, formada por profissionais remunerados, militantes e do trabalho voluntário. Para que suas atividades sejam executadas de acordo com a missão de cada entidade é importante uma estrutura mínima de funcionamento, como por exemplo: sede, telefone, computador etc.

No que tange à mobilização dos recursos, sejam humanos, financeiros ou políticos, é necessário o desafio permanente para garantir o desenvolvimento dos seus trabalhos. Abaixo, cita-se o funcionamento de algumas fontes de captação de recursos, conforme informações disponíveis no sítio da ABONG:

Parcerias com órgãos governamentais – É muito comum o estabelecimento de parcerias entre organizações da sociedade civil e o poder público, para a execução de políticas públicas diversas, O desenvolvimento de projetos e metodologias inovadoras e exemplares no campo social, promovido pelas organizações.

Contribuições associativas – Esse corpo associativo, além de ser responsável pelas diretrizes políticas e estratégicas da organização, muitas vezes contribui financeiramente para a sustentabilidade do projeto político da ONG. Algumas organizações brasileiras contam com milhares de associados/as contribuintes.

Doações de indivíduos – Doações de recursos, bens e também pelo envolvimento militante e voluntário de mulheres e homens em suas atividades e projetos.

Doações de empresas – Nos últimos anos, é crescente o número de empresas que investem em organizações e projetos sociais. As razões para isso são várias: desde convicções pessoais e filantrópicas de seus/suas proprietários/as até mesmo como forma de melhorar a imagem pública e agregar valor a seus produtos e serviços, por meio do chamado “marketing social”.

Auto-sustentabilidade - Entre as possibilidades de auto-sustentabilidade para as ONGs estão à: venda de produtos (camisetas, adesivos, livros) e prestação de serviços (na realização de pesquisas, atividades de formação e assessoria, nas áreas em que acumulam conhecimentos).

### 2.3.1 Motivação para doações de recursos

Para Mariângela Franco Camargo (2001, p. 78), o conceito de doação, segundo o Código Civil brasileiro, é o contrato no qual uma pessoa física ou jurídica, denominada

doadora, por espontaneidade, transfere um bem do seu patrimônio à outra, denominada donatária, que o aceita.

Segundo o Código Civil, a doação pode ser por meio de transferência definitiva e gratuita de numerários, bens e serviços para a realização de projetos sociais entre pessoas físicas e jurídicas, sendo vedado o uso da publicidade para a divulgação desse ato.

A autora apresenta que é vedada a doação ou patrocínio se a entidade beneficiária mantiver vínculo com os seguintes agentes: pessoa jurídica, onde o doador ou patrocinador seja titular, sócio, administrador ou gerente; cônjuge, parentes até o terceiro grau e parentes do doador ou patrocinador, outra pessoa jurídica da qual o doador ou patrocinador seja sócio.

O Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) divulgou em 2006 um índice de pesquisa sobre a motivação da empresa em praticar ações sociais.

**Tabela 4– Motivos pelos quais as empresas realizam ações sociais**

Motivo	% de empresas
Atender a motivos humanitários	57%
Atender a pedidos de outras entidades (governamentais ou comunitárias)	47%
Atender a comunidades próximas ao local da empresa	38%
Atender apelos de campanhas públicas (enchentes, secas, fome e etc)	22%
Atender motivos religiosos	21%
Aumentar a satisfação dos empregados da empresa	20%
Melhorar a imagem da empresa	14%
Atender a solicitação de amigos / políticos	13%
Complementar a ação do governo	10%
Aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do trabalho	6%

**Fonte:** Motivos para realizar ações sociais – adaptado do IPEA (2006) apud Cunha, 2009.

De acordo com a pesquisa, mostra atuação da empresa no campo social, por meio da responsabilidade social empresarial, <sup>1</sup> é uma forma de seus empresários amenizarem os impactos gerados pelas diversas ações proporcionando no planeta, no meio ambiente e na sociedade.

Segundo Paes (2004), os motivos que incentivam as empresas a realizar doações às ONGs são que a empresa doadora de recursos para entidades civis que prestam serviços gratuitos à comunidade tem o direito de deduzir até 2% do imposto de renda incidente no lucro operacional.

Uma boa estratégia para captação de recursos pode ser aquela aplicada de acordo com o tipo de fonte, que podem ser institucionais, empresariais, ou individuais (GUIA-ME, 2009).

<sup>1</sup> Conceito de Responsabilidade Social está relacionado à execução de ações de cunho social, continuamente através de adoção de práticas responsáveis na empresa, envolvendo fornecedores, clientes, funcionários, promovendo uma melhoria contínua na qualidade de vida da sociedade. Acesso no sítio de Administradores. Acessado em [http:// www.administradores.com.br](http://www.administradores.com.br)

Assim, a proposta de trabalho de uma ONG é o seu cartão de visita, devendo ser muito bem elaborada. Existem alguns tópicos que devem constar na proposta para solicitação de aportes financeiros deve ser bem elaborada, compondo (uma carta de apresentação, sumário, apresentação da ONG, descrição do problema, metas e objetivos do programa, metodologia/atividades, avaliação, financiamento, orçamento e anexos).

### 2.3.2 Da Captação de Recursos no Setor Público

Em análise realizada por Mariângela Franco Camargo (2001, p. 62), o Brasil é o país que mais contribui na liberação de recursos para as questões sociais. Os recursos recebidos por fundos públicos, conforme a ABONG, são oriundos do governo federal brasileiro, de governos internacionais e de embaixadas do Brasil, sendo que para haver a devida liberação dessas doações é necessário atender aos seguintes critérios:

#### **Quanto ao tipo de financiamento:**

- ✓ Recursos a fundo perdido: esses recursos não levam juros, exigido que a devida liberação, seja apresentada a prestação de contas, demonstrando a aplicação dos recursos;
- ✓ Recursos disponíveis na forma de linhas de crédito com juros subsidiados: oferecidos através de linhas de créditos, tais como o microcrédito; e
- ✓ Recursos disponíveis na forma de incentivos fiscais a financiadores privados: são oferecidos pelo por meio de deduções de impostos devidos pela empresa financiadora de projetos ou pelo contribuinte dos fundos de financiamentos.

#### **Quando ao mecanismo de apresentação de projetos:**

- ✓ Quando os recursos são disponíveis por meio de projetos: sendo seu desenvolvimento pelo período de longo prazo, relacionados a programas de governo; e
  - ✓ Recursos disponíveis pelos projetos à disposição do governo: projeto específico, em processo de seleção, sob a utilização de editais ou não de licitação, projetos voltados a necessidades específicas.
-

**Quando ao mecanismo das regras e de avaliação de projetos:**

- ✓ Recursos gerenciados na forma de fundos; de acordo com cada interesse social e específico.
- ✓ Recursos gerenciados no âmbito de programas: onde os recursos são aplicados para a obtenção de objetivos específicos.
- ✓ Recursos gerenciados por órgãos: sendo disponíveis por projetos desenvolvidos e orientados por órgãos estatais.

### 2.3.3 Da Captação de Recursos no Setor Privado

Ainda conforme Mariângela Franco Camargo (2001), os recursos podem ser obtidos por autofinanciamento, gerados pela geração de renda das atividades remuneradas, de compra de materiais e serviços, tais como: mensalidades pagas por serviços, taxas e rendimentos de associados, renda de patrimônio e de produtos e serviços diversos.

Considera-se que os empresários contribuem com dinheiro, doações em espécie, de forma a contribuir no melhoramento dos projetos sociais. No caso de doações de pessoas jurídicas, costuma-se realizar suas doações por meio de equipamentos, produtos e serviços, acerca de doações em dinheiros, percebe-se uma grande resistência, por motivo de desconfianças quanto aos desvios que possam ocorrer.

Geralmente há doações em dinheiro por pessoas jurídicas quando são realizados projetos considerados maiores, apoiados por empresas multinacionais, tais como: construção de residências para internos, centros de reabilitações etc.

### 2.3.4 Da Captação de Recursos com Pessoas Físicas

De acordo com relatos da autora, doações recebidas pelas pessoas físicas são as pioneiras no Terceiro Setor, sendo uma das formas mais antigas de filantropia. Seus recursos oriundos dessa classe são por meio de captação de auxílio financeiro, pelos patrocínios, parcerias, financiamentos diversos da comunidade. Nessa modalidade de trabalho não governamental, é que seus serviços são prestados através das pessoas, de formas solidárias, buscando resolução de uma causa social, religiosa, cultural, na educação e na saúde.

Para Gordon e Khumawaia (1999 apud CUNHA, 2009, p. 48), as três vertentes no campo da filosofia que motivam as pessoas para realizar doações estão a seguir relacionadas:

- ✓ Dar generosamente, mas de maneira prudente;
- ✓ A bondade e misericórdia ao invés de questionamentos rígidos e apenas cálculos;
- ✓ Caridade como virtude é a própria recompensa.

Segundo o Manual do Terceiro Setor do Instituto Pro Bono, A Lei de Incentivo à Cultura – Lei nº 8313/91 – (também conhecida como Lei Rouanet) possibilita aos indivíduos que fizeram doações a projetos culturais, ou os patrocinaram, o desconto destas quantias em seu imposto de renda. Podem fazer investimentos em projetos culturais inscritos no Programa Nacional da Cultura. Neste caso, admite-se a dedução do imposto devido no total de 80% do valor da doação ou 60% do valor do patrocínio, respeitado o limite de 6% do imposto devido pelo doador.

Com devidas alterações na Lei, estimulando o apoio a segmentos específicos da área cultural: a) artes cênicas; b) livros de valor artístico, literário ou humanístico; c) música erudita ou instrumental; d) exposições de artes visuais; e) doações de acervos para bibliotecas públicas e museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; f) produção de obras cinematográficas e vídeo fonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

Para investimentos em projeto que atenda exclusivamente um dos segmentos acima, os contribuintes, pessoa física ou jurídica, ficam autorizados a deduzir do imposto de renda devido as quantias efetivamente gastas nos projetos aprovados pelo Ministério da Cultura. Ou seja, o doador ou patrocinador, seja pessoa física ou jurídica, pode deduzir 100% do valor gasto do imposto de renda devido, observado o limite legal (6% para pessoas físicas e 4% para as jurídicas).

## 2.4 Normas e regras da contabilidade para prestação de contas

Segundo Araújo (2004) a contabilidade é como um sistema de informações idealizado para coletar, registrar, reunir, interpretar e demonstrar os fatos que afetam as situações patrimoniais de qualquer entidade seja de caráter público ou privado. Considerando o autor que o objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio das entidades e suas alterações e que,



portanto, é a natureza do patrimônio (se público ou privado) quem definirá o seu campo de atuação.

Para as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) constituem-se num [...] conjunto de regras e procedimentos de conduta que devem ser observados como requisitos para o exercício da profissão contábil, bem como os conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados na realização dos trabalhos previstos nas normas aprovadas por resolução emitidas pelo CFC [...].

Segundo a NBC T 10.19 - ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS – Das disposições gerais. [...]10.19.1.6 - Aplicam-se às entidades sem finalidade de lucros os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade. [...]

Cada vez mais, as instituições do terceiro setor têm desenvolvido diversas atividades em prol social, assim, a exigência pela transparência, por meio das atividades realizadas, fundamental para a sociedade, o governo. Assim a Contabilidade é um instrumento fundamental para as organizações não governamentais.

Segundo os contadores Bloedau e Lima (2008):

[...] mesmo se inserindo em um setor sem fins lucrativos, estas organizações precisam de organização contábil. Benefícios como doações, serviços voluntários e isenção de tributos podem se transformar em grandes problemas quando não há uma correta administração contábil e financeira. Mas alguns administradores ainda acreditam que não é necessária a assessoria contábil, quando, ao contrário, esta é fundamental para manutenção e desenvolvimento dessas entidades [...].

Os autores relatam que, a transparência na contabilidade é um dos requisitos para uma ONG obter a qualificação de OSCIP<sup>2</sup>. É de suma importância a contabilidade para o terceiro setor, pois, auxilia na demonstração dos resultados das atividades realizadas pelas instituições sem fins lucrativos, sabe-se que as ONGs têm sido motivo de falta de confiabilidade pela sociedade, por motivos de envolvimento de algumas instituições em escândalos.

---

<sup>2</sup> A lei que regula as OSCIPs é a 9.790 de 23 março de 1999. Esta lei traz a possibilidade das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos serem qualificadas, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e poderem com ele relacionar-se por meio de *parceria*, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam os requisitos da lei.

Para Salomon (1997, p. 174):

"[...] as entidades sem fins lucrativos, tem sido submetidas a sérias contestações sobre seus resultados, não somente pelo número recente de escândalos, mas também pelo crescimento das dúvidas sobre sua eficiência e eficácia."

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 10.19.1.3, "as entidades do Terceiro Setor são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit". As entidades, com sede no exterior, que atuem no Brasil deverá seguir as normas contábeis brasileiras:

- ✓ NBC T 2.2 – Da Documentação Contábil;
- ✓ NBC T 2.5 – Das Contas de Compensação;
- ✓ NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis;
- ✓ NBC T 4 – Da Avaliação Patrimonial;
- ✓ NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis;
- ✓ NBC T 10 – Aspectos Contábeis de Entidades Diversas;
- ✓ NBC T 10.4 – Fundações;
- ✓ NBC T 10.18 - Entidades Sindicais e Associações de Classe;
- ✓ NBC T 10.19 – Entidades sem Fins Lucrativos;
- ✓ NBC T 19.4 - Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais.

De acordo com as demonstrações contábeis para as entidades do Terceiro Setor, conforme me as NBC T 10 são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

## 2.5 Da transparência na divulgação das informações pelas ONGs

Segundo IORIO (2007), o termo transparência expressa "(...) a responsabilidade das organizações por suas ações e o conjunto dos meios pelos quais informam e prestam contas

sobre as ações e recursos a elas confiados (...). Tal definição corresponde ao termo inglês *accountability*, o qual remete à noção de prestar contas de forma responsável, seja uma empresa, um órgão de governo ou uma organização do terceiro setor.

Para Baptista (2006), afirma que a transparência na prestação de contas tem por finalidade promover a aproximação das entidades do terceiro setor aos diferentes públicos aos quais se destinam suas atividades, já que “hoje em dia, não se trata mais de uma simples questão de capitanear pessoas para uma determinada causa”, buscando aliar recursos humanos, materiais e financeiros em prol de causas sociais.

Segundo Araújo (2005), três elementos que compõem a gestão do terceiro setor são: transparência, relatórios de avaliação e instrumentos de comunicação. Assim, o autor relata que as organizações devem entender que a prestação de contas deve ser realizada de forma transparente, de forma a apresentar os resultados de suas ações por meio de relatórios de atividades e demonstrações contábeis.

Teodósio (2002, p. 105) discorreu sobre a importância da transparência para a continuidade da existência das entidades do terceiro setor, ao afirmar que tais entidades “encontram muitas dificuldades de obter recursos para seu financiamento, exigindo o estabelecimento de parcerias”, sendo que a transparência tanto em sua atuação quanto em sua prestação de contas são fatores relevantes para a obtenção de recursos, manutenção de parcerias e estabelecimento de novas parcerias.

De acordo com Tribunal de Contas da União metade das prestações de contas das entidades terceiro setor no Brasil apresenta irregularidades e erros. É afirmado para Souza (2008), “recuperar a imagem e o papel das ONGs no Brasil, e [...] o caminho e o respeito aos aspectos contábeis, o correto registro dos recursos, a prestação de contas, a transparência e a fiscalização”.

Segundo os autores Olak e Nascimento (2008, p. 23) salientam que:

A falta de transparência e, algumas vezes, proposital, no sentido de “encobrir” escândalos envolvendo alguns gestores inescrupulosos, mal-intencionados, que se aproveitam da frouxidão da nossa legislação usufruindo os benefícios fiscais concedidos a entidades que de filantrópicas só tem o nome. Trata-se da “pilantrópia”, neologismo já encontrado ate mesmo em documentos técnicos.

Segundo Camargo (2001), a falta de transparência, pode afetar a captação de recursos, por meio da desconfiança gerada por um ambiente de informações ou de informações pouco claras. A relação transparente é de sua importância para a captação de recursos, o autor

comenta ainda que, nenhum agente racional destinaria um valor de seu patrimônio a uma entidade obscura e sem evidências de que sua aplicação está sendo feita de forma apropriada.

De acordo com Board *et al.* (2002), um nível elevado de transparência é sempre desejável e os custos para aumentar a transparência tendem a reduzir-se diante do progresso tecnológico.

De forma geral, os critérios mais citados são:

- ✓ Divulgação Financeira;
- ✓ Disponibilidade de informações operacionais e administrativas aos diferentes públicos;
- ✓ Acesso às instalações físicas;
- ✓ Divulgação dos nomes dos membros da administração.

Segundo Milani Filho (2004, p. 9):

[...] a transparência e a prestação de contas tornaram-se elementos essenciais para contribuir com a própria sobrevivência das entidades, uma vez que estão inseridas num ambiente competitivo por recursos financeiros e não-financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão maior probabilidade de captação desses recursos.

## 2.6 Da transparência por meio da elaboração da prestação de contas

Para o dicionário Michaelis (2009), prestação:

[...] é o ato de dar ou fazer o que se ajustou em um contrato, e que é um dos modos de este se encerrar ou se revolver e o termo conta é o registro de confrontação dos débitos e créditos ou de receita e despesa ou ainda atribuição, cuidado, encargo, responsabilidade, justificação e atribuições.

Segundo Irani Maria da Silva Oliveira (2009), a prestação de contas nas ONGs é uma forma da organização demonstrar se cumpriu sua missão, ou seja, se realizou o que se propôs, aplicando corretamente os recursos conforme destinados, comprovando os encargos realizados, justificando todos os recursos obtidos tanto das receitas como despesas, de modo a atender todas as exigências morais, legais e contábeis.

Para Cruz (2002) “Deve mostrar claramente para os doadores e para a sociedade não apenas de onde vieram os recursos, mas também, como o dinheiro foi aplicado, qual o benefício social gerado e que práticas podem ser multiplicadas”.

Importante lembrar que através da prestação de contas é que as ONGs são analisadas para que possam ter credibilidade, havendo maior capacidade de captação de recursos. Segundo o TCU, “a prestação de contas é uma obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual se é responsável”, sendo a base da transparência e do controle social. Tal prestação de contas é um importante instrumento para a transparência no processo de gestão de entidades do terceiro setor.

A prestação de contas de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2003, p.78):

É o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.

Para a ABONG, “as organizações não governamentais (ONGs) são obrigadas a prestar contas anualmente aos seus doadores, tanto pessoa física como jurídica, de aporte nacional ou internacional”.

Quando são recebidos recursos nacionais, por meio de convênios, a transparência será por meio da prestação de contas, demonstrando a aplicação efetiva dos recursos recebidos, mediante relatórios de execução físico-financeira do projeto, posteriormente analisados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em seu livro *Parcerias na Administração Pública*:

Na prestação de contas, não basta demonstrar o resultado final obtido com o convênio; é necessário demonstrar que todo o valor repassado foi utilizado na consecução daquele resultado. Vale dizer que o dinheiro assim repassado não muda sua natureza por força do convênio; ele é transferido e utilizado pelo executor do convênio, mantida sua natureza de dinheiro público (no sentido de que está destinado a fim público).

**Tabela 5– O que gera maior dificuldade para elaboração da prestação de contas**

Aspectos	Pouca dificuldade	Muita dificuldade
Falta de normas específicas sobre a contabilidade do Terceiro Setor	11	15
Excesso de normas específicas sobre a contabilidade do Terceiro Setor	14	11

**Fonte:** artigo Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro (2009 p.87)

Uma forma de comprovação da Prestação de Contas é a emissão de relatórios financeiros pelas ONGs. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2004, p. 103), os relatórios normalmente apresentados na prestação de contas são:

- ✓ relatório de Atividades;
- ✓ demonstrações contábeis;
- ✓ informações bancárias;
- ✓ inventário patrimonial;
- ✓ declaração e informações econômico-fiscais;
- ✓ relação anula de informações sociais (RAIS);
- ✓ parecer do conselho fiscal;
- ✓ relatório de auditoria; e
- ✓ cópias de convênios e contratos, termos de parcerias celebradas.

O Conselho ainda cita os órgãos que devem apresentar a prestação de contas:

- ✓ Ministério Público;
- ✓ Ministério da Justiça;
- ✓ Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- ✓ Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
- ✓ Órgãos que celebram termos de parceria com OSCIPs.

## 2.7 Da transparência por meio da publicação da prestação de contas

Oliveira (2009), em sua dissertação do mestrado, analisou sobre as prestações de contas realizadas pelas ONGs e publicadas em sítios eletrônicos, sendo identificados 205 sítios disponibilizados, dos quais 37 ONGs apresentaram adequadamente os devidos relatórios.

**Tabela 6– Apresentação da prestação de contas nos sítios eletrônicos das ONGs**

Status	Frequência	% da frequência em relação à amostra com sítios eletrônicos	ONGs que apresentam alguma prestação de contas	
			Frequência acumulada	% acumulado
Apresentam prestação de contas financeira e não financeira	27	14,15%	27	51,9%
Apresentam apenas prestação de contas financeira	10	4,88%	37	71,1%
Apresentam apenas prestação de contas não financeira	15	7,32%	52	100%
Não apresenta nenhum tipo de prestação de contas	153	73,66%	-	-

Total de sítios analisados	<b>205</b>	<b>100%</b>	-	-
----------------------------	------------	-------------	---	---

Fonte: adaptado de Oliveira (2009, p.73)

Por meio do Sistema GESTÃO DE CONVÊNIOS – SICONV, a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas de convênios, contratos de repasse e termos de parceria serão registrados no SICONV, que será aberto ao público, via rede mundial de computadores - Internet, por meio de página específica denominada Portal dos Convênios.

O conveniente ou contratado deverá manter os documentos relacionados ao convênio e contrato de repasse pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovada a prestação de contas, ou 05 anos no caso de microfilmagem.

A prestação de contas se inicia após o fim da vigência do convênio ou contrato de repasse. Para tanto a entidade deverá organizar as informações para a prestação de contas somente após o encerramento do convênio.

Para ser formalizada a prestação de contas no sistema a entidade deve ter digitado no SICONV, durante a vigência todas as cotações prévias/licitações realizadas, os contratos, os documentos de liquidações, informados ao sistema os devidos pagamentos e ingressos de recursos, bem como deve ter sido gerado e aprovado os relatórios da execução.

Segundo o Art. 58; A prestação de contas será composta, além dos documentos e informações apresentados pelo conveniente ou contratado no SICONV, do seguinte:

- I - Relatório de Cumprimento do Objeto;
- II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- III - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- IV - a relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- V - a relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- VI - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- VII - termo de compromisso por meio do qual o conveniente ou contratado será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio ou contrato de repasse, nos termos do § 3º do art. 3º.

Segundo o Manual de Instruções sobre a Tomada de Contas Especial da CGU – (2008. pág.10 e 11) destaca acerca do capítulo V – DA OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS:

[...] Quando o fato norteador da instauração do processo for omissão no dever de prestar contas de recursos repassados mediante convênio, contrato de repasse ou instrumento congêneres, dispõe o art. 4º, inciso IX, da IN/TCU n.º

56/2007, que além da notificação ao responsável, também deve integrar o processo a notificação à entidade beneficiária. “Compete ao prefeito sucessor apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente Tomada de Contas Especial, sob pena de corresponsabilidade”[...]

Conforme Manual, da prestação de contas ou recolhimento integral do débito imputado, antes ou após o encaminhamento da Tomada de Contas Especial ao Tribunal de 7 Contas da União, deverão ser adotados os procedimentos previstos no art. 38, § 2º, inciso II, da IN/STN n.º 01/97, também discriminados nos arts. 64 e 65 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n.º 127/2008, a seguir transcrita: “Art. 64.

No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento integral do débito imputado, antes do encaminhamento da tomada de contas especial ao Tribunal de Contas da União, deverá ser retirado o registro da inadimplência no SICONV, procedida a análise da documentação e adotados os seguintes procedimentos:

**I** - aprovada a prestação de contas ou comprovado o recolhimento do débito, o concedente ou contratante deverá:

- a) registrar a aprovação no SICONV;
- b) comunicar a aprovação ao órgão onde se encontre a tomada de contas especial, visando o arquivamento do processo;
- c) registrar a baixa da responsabilidade; e
- d) dar conhecimento do fato ao Tribunal de Contas da União, em forma de anexo, quando da tomada ou prestação de contas anual dos responsáveis do órgão/entidade concedente ou contratante;

**II** - não aprovada a prestação de contas, o concedente ou contratante deverá:

- a) comunicar o fato ao órgão onde se encontre a Tomada de Contas Especial para que adote as providências necessárias ao prosseguimento do feito, sob esse novo fundamento; e
- b) reinscrever a inadimplência do órgão ou entidade conveniente ou contratado e manter a inscrição de responsabilidade. Art. 65. No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento integral do débito imputado, após o encaminhamento da tomada de contas especial ao Tribunal de Contas da União, proceder-se-á a retirada do registro da inadimplência, e:



**I** - aprovada a prestação de contas ou comprovado o recolhimento integral do débito imputado:

- a) comunicar-se-á o fato à respectiva unidade de controle interno que certificou as contas para adoção de providências junto ao Tribunal de Contas da União; e
- b) manter-se-á a baixa da inadimplência, bem como a inscrição da responsabilidade apurada, que só poderá ser alterada mediante determinação do Tribunal;

**II** - não sendo aprovada a prestação de contas:

- a) comunicar-se-á o fato à unidade de controle interno que certificou as contas para adoção de providências junto ao Tribunal de Contas da União; e
- b) reinscrever-se-á a inadimplência do órgão ou entidade conveniente ou contratado e manter-se-á a inscrição de responsabilidade”

## 2.8 Da elaboração do relatório financeiro

Para Olak e Nascimento (2008), os relatórios de prestações contas

[...] são normalmente, composto por elementos que identificam aspectos históricos da instituição, missão, e objetivos, dados estatísticos, evolução, atividades desenvolvidas no período, principais administradores, descrição de convênios, parcerias e contratos, pessoas atendidas, planejamento para gestão do período seguinte e etc.

Ainda segundo os autores, os relatórios de prestação de contas têm por finalidade o fornecimento de informações referentes às atividades desenvolvidas pela entidade, ao público atendido, à movimentação financeira e bancária da instituição, à quantidade de colaboradores remunerados e voluntários que atuam na entidade, aos convênios celebrados pela organização e ao parecer e relatórios de auditoria independente.

Conforme orientações do Manual de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não governamentais (2004), para a elaboração do relatório financeiro, será importante a elaboração de um rascunho, conforme dicas abaixo:

- ✓ De posse dos documentos de desembolsos de recursos, somam-se os valores,
- ✓ De posse dos extratos de contas bancárias: (somar os rendimentos financeiros pelo valor bruto, as despesas financeiras das aplicações: IOF, IR e outras; as despesas bancárias, extratos de contas, talões de cheques e outros.

- ✓ Organizar as documentações de despesas, separando as de acordo com as rubricas do orçamento aprovado no projeto, conforme estão sendo prestadas contas e somá-las por cada rubrica orçamentária.
- ✓ Do saldo financeiro (caixa e banco) do relatório financeiro do período anterior e anotá-lo na folha de rascunho;
- ✓ De posse dos documentos de desembolso de recursos, somar o montante recebido, assim o valor encontrado deverá ser confrontado com os controles contábeis e
- ✓ Quando se tratar de relatório financeiro para agência de cooperação internacional, exigir prestação de contas em moeda estrangeira, efetuar os cálculos pela taxa média de câmbio.

No Manual foi elaborada uma planilha de controle orçamentário de despesas para acompanhamento dos recursos liberados.

1- Receitas (Saldo anterior, doações, rendimentos financeiros)

2- Despesas (Itens do orçamento bancárias)

3 - Saldo (1-2) (fundo fixo, c/ corrente , aplicações).

**Tabela 7– Informação requerida pelos financiadores / doadores de recursos das ONGs**

Informações / Relatórios	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual
Relatórios de desempenho	5	10	10	2
Relatórios financeiros	12	7	8	2
Informações sobre os beneficiários	4	8	6	9
Planos de trabalho, projetos e ou planos estratégicos	2	1	3	23
Totais	23	26	27	36

**Fonte:** adaptado de Oliveira (2009, p.87)

## 2.9 Da emissão do relatório financeiro

Na concepção de Bettiol e Varela (2006), as prestações de contas das ONGs necessitam de informações úteis e direcionadas para as questões dessas entidades, evitando investir recursos em informações desnecessárias. Portanto:

[...] elaborar relatórios financeiros de maneira transparente e que satisfaçam as necessidades dos doadores, evidenciando o benefício obtido pelos indivíduos por meio dos serviços prestados pelas entidades e os valores despendidos para o custeio de suas atividades pode facilitar a obtenção de recursos num ambiente onde existe escassez como o Terceiro Setor.

Estudos realizados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) identificaram que as ONGs não utilizam um padrão na confecção dos relatórios das demonstrações contábeis, dificultando a realização de comparações entre as mesmas por não haver padronização.

Dessa forma, a falta de padronização pode prejudicar a análise de seus dados e a divulgação das informações ao público-alvo. Sabe-se que os relatórios financeiros deverão conter informações sobre aspectos que permitam aos doadores de recursos analisarem se as entidades são honestas e eficientes, podendo também analisar outras características além dessas entidades a partir das informações demonstradas.

Segundo o Manual de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não governamentais (2004), o relatório financeiro é uma forma a demonstrar os recursos obtidos e sua aplicação, com base na documentação autêntica e válida. As ONGs convivem basicamente com repasses de recursos de terceiros ou com pequenos projetos de geração de rendas, onde são exigidos dos seus gestores, relatórios financeiros periódicos sobre recursos administrados em determinado período.

O manual apresenta as exigências da confecção do **Relatório Financeiro**:

**Controle dos recursos recebidos:**

- a) por meio de depósitos em conta corrente específica;
- b) aplicações financeiras independentes;
- c) arquivo específico dos documentos de desembolsos; e
- d) acompanhamento periódico da posição financeira dos recursos.

**Controle dos gastos efetuados:**

- a) arquivamento específico da documentação de despesas: notas, recibos, duplicatas, vales etc., devidamente carimbados com a informação “liquidado”;
- b) controle dos adiantamentos efetuados: salários e viagens;
- c) transferência de recursos entre projetos;
- d) levantamento e análise das despesas bancárias: tarifas de talões de cheques, extratos de contas e outros débitos;
- e) levantamento e análise das despesas com impostos e outros e outras incidentes sobre as aplicações financeiras bancárias; e
- f) identificação de bem patrimonial adquirido.

Segundo o Manual, considera-se que a prestação de contas seja iniciada a partir do momento em que a ONG recebe os recursos, começando a necessidade de organização dos controles específicos e da manutenção permanente desses controles organizados.

De fato, foi percebido que a conciliação mensal dos saldos da conta corrente e de aplicações financeira, sendo fundamental para acompanhamento da posição financeira dos recursos e para a elaboração do relatório financeiro, para que não haja erros e nem diferenças e serem localizados, no quadro abaixo apresenta a dificuldade existente na realização da prestação de contas.

**Tabela 8– Efeito das exigências de prestação de contas e relatórios das agências financiadoras**

Efeito	Frequência / Percentual						Total Válido
	Melhora	%	Indiferente	%	Atrapalha	%	
Planejamento / definição de metas de entrega dos serviços	22	75,9	5	17,2	2	6,9	29
Foco nos serviços prestados	16	55,2	10	34,5	3	10,3	29
Transparência e prestação de contas ao público	24	82,8	4	13,8	1	3,4	29
Qualidade da documentação da organização	25	86,2	4	13,8	0	00	29
Avaliação da efetividade dos serviços	15	51,7	12	41,4	1	3,4	28
Apoio no gerenciamento financeiro	16	55,2	8	27,6	4	13,8	28
Funcionamento do conselho gestor	12	44,4	15	55,6	0	00	27
Identificação de problemas potenciais	18	64,3	10	35,7	0	00	28
Prevenção de fraude	20	71,4	8	28,6	0	00	28
Desenvolvimento de novos serviços	9	32,1	16	57,1	3	10,7	28

**Fonte:** adaptado de Oliveira (2009, p.88)

## 2.10 Ética nas ONGs

Segundo Srour (2000, p. 29), Ética e Moral são:

**Moral** é um conjunto de valores e de regras de comportamento, um código de conduta que coletividades adotam, quer sejam uma nação, uma categoria social, uma comunidade religiosa ou uma organização.

**Ética** diz respeito à disciplina teórica, ao estudo sistemático, a moral corresponde às representações imaginárias que dizem aos agentes sociais o que se espera deles, quais comportamentos são bem vindos e quais não. Em resumo, as pautas de ação ensinam o ‘bem fazer’ ou o ‘fazer virtuoso’, a melhor maneira de agir coletivamente; qualificam o bem e o mal, o permitido e o proibido, o certo e o errado, a virtude e o vício.

Na definição de Ética é o "estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto" (Ferreira, 1998, p. 733).

A distinção entre as dimensões moral e ética é tratada por Rosansky (1994), que considera a primeira como um ato individual e a segunda como um princípio organizacional. O autor define ética como "uma tentativa de sistematizar as noções correntes de certo e errado, com base em algum princípio básico" (Rosansky, 1994, p. 46).

Para Mafra Filho (2009), a ética é a “teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É a ciência de uma forma específica de comportamento humano”.

Para Associação Brasileira de Captação de Recursos (ABCR), estabelece um Código de ética do captador de recursos, apresentando as seguintes bases:

- ✓ Sobre a legalidade: O captador de recursos deve respeitar incondicionalmente a legislação vigente no País,
- ✓ Sobre a remuneração: O captador de recursos deve receber pelo seu trabalho apenas remuneração preestabelecida,
- ✓ Sobre a confidencialidade e lealdade aos doadores: O captador de recursos deve respeitar o sigilo das informações sobre os doadores obtidas em nome da organização em que trabalha,
- ✓ Sobre a transparência nas informações: O captador de recursos deve exigir da organização para a qual trabalha total transparência na gestão dos recursos captados,
- ✓ Sobre conflitos de interesse: O captador de recursos deve cuidar para que não existam conflitos de interesse no desenvolvimento de sua atividade,
- ✓ Sobre os direitos do doador: O captador de recursos deve respeitar e divulgar o Estatuto dos Direitos do Doador.
- ✓ Sobre a relação do captador com as organizações para as quais ele mobiliza recursos: O captador de recursos, seja funcionário ou autônomo ou voluntário,

deve estar comprometido com o progresso das condições de sustentabilidade da organização. (ABCR, 2007).

Conforme Giannetti (1993, p.53),

[...] seria enganoso, imaginar que a ética pode de forma alguma substituir o interesse de cada indivíduo em melhorar de vida. O que se pretende não é negar a força e a importância do auto-interesse. O desafio é entender melhor as diversas formas que ele assume e a consequência disso para o funcionamento do mercado e da riqueza das nações.

Segundo autores Muraro e Lima (2003), discorre sobre o comportamento ético e organizacional, baseando-se em alguns pontos prioritários: na aplicação dos princípios éticos a todos os relacionamentos que a organização mantém (interno e externo) e na formação da consciência ética – social dos colaboradores perante seus parceiros e seu público alvo.

Os autores analisam ainda que, o terceiro setor, por ser uma nova esfera, é o futuro da expansão e da credibilidade destas organizações, assim, o poder da imagem e da mídia, a luta por recursos escassos, a satisfação dos usuários a procura de novos parceiros, a mobilização do voluntariado, as doações, as construções, a expansão, o gestor está na frente e tem uma clara missão: administrar usando as principais ferramentas da administração, não esquecendo que a ética é a educação da vontade, é o controle consciente dos possíveis abusos provocados ou conduzidos pelo auto-interesse.

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para Lakatos (2003), referente ao conceito de Método é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais utilizadas pelo cientista para a obtenção de dados válidos e verdadeiros, traçando um caminho a ser seguido.

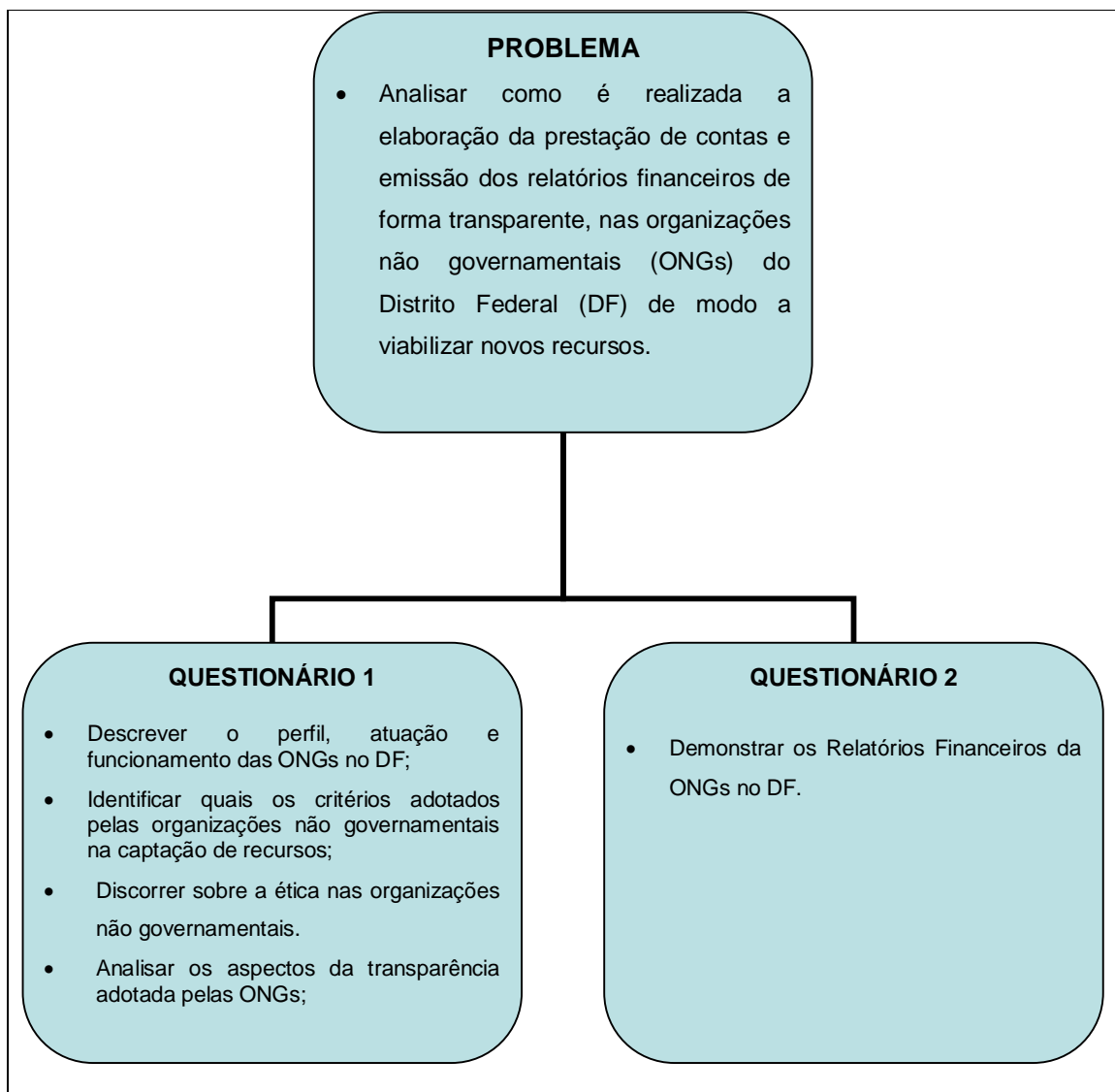
Nesse tópico foram abordados elementos relacionados a realização da pesquisa, caracterizando o tipo de pesquisa, bem como a definição dos processos de coleta e apreciação de dados. Além disso, a diferenciação do instrumento de pesquisa e a população e amostra.

A realização dessa pesquisa foi dividida em 03 etapas:

- **Pesquisa bibliográfica:** buscam-se os conceitos nas diversas modalidades de estudo (artigos científicos, sítios eletrônicos e livros), com vistas a identificar o perfil (participantes da entrevista, dados da empresa, recursos humanos) bem como, os aspectos regulamentais e financeiros das organizações não governamentais.

- **Pesquisa Exploratória:** Segundo Gil (2007), desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, esse tipo de pesquisa é realizado quando o tema é pouco explorado. Dessa forma, a pesquisa visa analisar a elaboração da prestação de contas e a emissão dos relatórios financeiros das ONGs.
- **Pesquisa Quantitativa:** Segundo Oliveira (1999), significa quantificar opiniões, dados, nas informações, assim como, emprego de recursos e estatísticas. O instrumento de pesquisa realizado será a aplicação de um questionário estruturado, junto às organizações selecionadas.

Por meio dos objetivos gerais da pesquisa, houve a utilização de instrumentos de dados, por meio da aplicação de questionário nas ONGs, conforme tabela 09.

**Tabela 9– Estrutura da Metodologia**

Fonte: Elaboração própria, 2011

### 3.1 Estruturação da Pesquisa

O procedimento adotado para o estudo da pesquisa nas Organizações Não Governamentais (ONGs) no Distrito Federal (DF) foi através de consultas realizadas na rede mundial de computador, que possuem sítio eletrônico na internet. Para a identificação dessas ONGs, foi utilizada uma busca no site *Google*, com a palavra chave terceiro setor, ONG, organizações não governamentais no DF, acesso aos sítios específicos de algumas ONGs conceituadas no DF, pesquisa ainda realizada no sítio eletrônico do Ministério da Justiça (MJ),



na Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (ABONG), no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, indicações de colegas de 05 ONGs, por meio de contatos, por telefone, de modo a obter as respostas dos questionários.

A delimitação da pesquisa foi estabelecida na ONG, com características sem fins lucrativos, não confundindo com os demais tipos de organizações ligadas ao terceiro setor. Assim, após aplicação do questionário foi percebido 03 ONGs que não se enquadram nessa categoria.

### 3.2 Caracterização da organização, setor ou área do objeto de estudo

Amostra do estudo foi formada por **45 (quarenta e cinco)** Organizações Não Governamentais (ONGs), conforme exemplo citado da **tabela 02** do referencial teórico, em 2005, a população-alvo da pesquisa o número de entidades no **Centro Oeste no Distrito Federal**, no valor de 4.552. Para o cálculo da amostra será utilizado da seguinte fórmula:  $n = (N \times 1/E^2) / (N + 1/E^2)$ , onde:

n: tamanho da amostra;  
N: tamanho da população; e  
E: erro amostral tolerável.

Considerando um erro amostral tolerável de 5% e o tamanho da população de 4.552 entidades sem fins lucrativos, teremos então:

$$\begin{aligned} n &= (4.552 \times 1/0,15^2) / (4.552 + 1/0,15^2) \\ n &= (4.552 \times 1/0,0225) / (4.552 + 1/0,0225) \\ n &= (4.552 \times 44,4444) / (4.552 + 44,4444) \\ n &= 202.311,1111 / 4.596,4444 \\ n &= 44,0147 \approx \mathbf{45 \text{ entidades}} \end{aligned}$$

Segundo Olak e Nascimento (2006) que definiram Entidades Sem Fins Lucrativos como Instituições Privadas com propostas específicas de provocar mudanças sociais, cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de contribuições, doações e subvenções e que, de modo algum, se reverte para seus membros ou mantenedores.

### 3.3 Instrumento de pesquisa

Foram aplicados 02 (dois) questionários, (APÊNDICE A e B):

**Questionário 01:** Com 12 (doze) questões, conforme estruturado (1-objetivo da pesquisa; 2-participantes da entrevista; 3-dados da empresa; 4-recursos humanos; 5-responsável pela organização; 6-atuação da ONG; 7-percentual da origem da receita; 8-envio de brinde; 9-prestação de contas da ONG; 10-regras da contabilidade para prestação de contas; 11-destinação da prestação de contas; 12- dificuldade para elaboração de contas.

**Questionário 02:** Com 03 (três) questões dispostos da seguinte maneira: (1-Divulgação externa do relatório financeiro; 2- informações necessárias pelas financiadoras de recursos e 3-divulgação do relatório).

Diante do questionário estabeleceu a assimilação do perfil da organização, promovendo assim a tabulação dos dados e as relações entre os resultados, com os objetivos específicos da pesquisa.

Com a finalidade de atingir os objetivos específicos, o questionário 01: inicia com perguntas relacionadas ao perfil, atuação e funcionamento das ONGs. Em seguida serão identificados quais os critérios adotados pelas Organizações não governamentais na captação de recursos, posteriormente analisar os aspectos da transparência na elaboração da prestação de contas adotados na ONGs, e depois descrever sobre a ética nas organizações não governamentais.

Por meio do questionário 02: demonstrar os Relatórios Financeiros da ONGs no DF, conforme demonstra tabela abaixo:

**Tabela 10– Objetivos Específicos X Questionário aplicado**

	Questionário 01	Prestação de Contas
Objetivos específicos	1) Descrever o perfil, atuação e funcionamento das ONGs no DF	<p><b>Perfil:</b> (Questão 03) – Dados da Empresas</p> <p><b>Atuação:</b> (Questão 06) – A sua organização está envolvida principalmente com (escolha apenas a alternativa que melhor define a sua ONG)</p> <p><b>Funcionamento:</b> (Questão 02) – Participantes da entrevista (Questão 04) – Recursos Humanos (Questão 05) – Responsável pela organização</p>
	2) Identificar quais os critérios adotados pelas organizações não governamentais na captação de recursos;	<p><b>Captação de Recursos:</b> (Questão 03) – Qual o percentual da origem da receita</p>
	3) Discorrer sobre a ética nas organizações não governamentais.	<p><b>Éticas nas organizações:</b> (Questão 08) – Quando o doador realiza a transferência de recurso, a empresa oferece algum brinde, como meio de retribuição</p>
	4) Analisar os aspectos da transparência adotada pelas ONGs;	<p><b>Transparência:</b> (Questão 09) - Quem elabora a prestação de contas na organização (Questão 10) – As normas e regras da contabilidade para a prestação de contas (Questão 11) – A quem é destinada a prestação de contas (Questão 12) – Qual o maior dificuldade para a elaboração da prestação de contas</p>
		Questionário 02
	5) Demonstrar os Relatórios Financeiros da ONGs no DF.	<p><b>Relatórios:</b> (Questão 01) – Como é realizada a divulgação externa de relatório financeiro (Questão 02) – Quais as informações necessárias solicitadas pelos financiadores de recursos das ONGs? (Questão 03) – Na divulgação do relatório financeiro, são disponibilizados</p>

Fonte: Elaboração própria, 2011

### 3.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A aplicação dos questionários ocorreu no período de setembro a outubro do 2011. A partir disso, a análise de dados motivou por meio das réplicas conseguidas através do questionário estruturado de Oliveira, Irani (2009) e Cunha, José Humberto (2009), foi considerado o uso de ferramentas de tabelas e gráficos.

Desse modo, a avaliação usada para análise de dados foi à porcentagem das frequências das respostas obtidas nas indagações.

### 3.5 Limitações da Pesquisa

Buscando atingir o objetivo geral e específico da pesquisa, durante a realização do estudo, foram constatadas algumas eventualidades nas qual dificultou o andamento da pesquisa, de modo a gerar um esforço maior na busca dos resultados.

As principais limitações constatadas durante a pesquisa foram:

- ✓ A transição da nova tutoria, o prazo perdido nessa fase;
- ✓ O tempo reduzido em função do período, sem orientação do novo tutor;
- ✓ A falta de informações nos sítios eletrônicos, na qual não informava o *e-mail*, telefone da ONG, fator importante para a pesquisa;
- ✓ A dificuldade de acesso as ONGs;
- ✓ A falta de retorno das ONGs, para as respostas dos questionários, necessitando enviar 06 (vezes) o e-mail, solicitando respostas dos mesmos, ao passo que, houve a necessidade da realizar diversas ligações para cada ONG, justificando na necessidade da obtenção dos resultados dos questionários;
- ✓ Algumas ONGs, um número mínimo de ONG respondeu com resistência o questionário, por tratar de um assunto polêmico “a transparência na prestação de contas da ONGs”, um assunto muito falado nos últimos dias;
- ✓ O não cumprimento total das respostas dos questionários de 45 para 31.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, foram apresentadas as discussões e análise dos dados obtidos na pesquisa através da aplicação dos questionários nas 45 (quarenta e cinco) organizações não governamentais (ONGs) do Distrito Federal (DF), enviados por e-mail, no período de setembro a outubro de 2011. A análise e interpretação dos resultados foram divididas em tópicos relacionados com os objetivos da pesquisa.

Primeiramente analisou-se o perfil, atuação e funcionamento da ONGs, buscando descrever suas características, logo em seguida foram identificados os critérios adotados na captação de recursos, com objetivo de conhecer as disposições financeiras das ONGs, e por último analisar os aspectos da transparência adotada pelas organizações não organizacionais.

Do total da amostra, 68,8% responderam o questionário, o que considera 31 ONGs para efeito da pesquisa, sendo que 31,2% não responderam o instrumento da pesquisa, equivalente a 14 instituições não governamentais.

### 4.1 Perfil, atuação e funcionamento das ONGs no DF

A fim de identificar a transparência na elaboração da prestação de contas das organizações não governamentais, buscou-se analisar o **perfil, atuação** e o seu **funcionamento**, permitindo identificar as peculiaridades, como seu campo de atuação e sua organização.

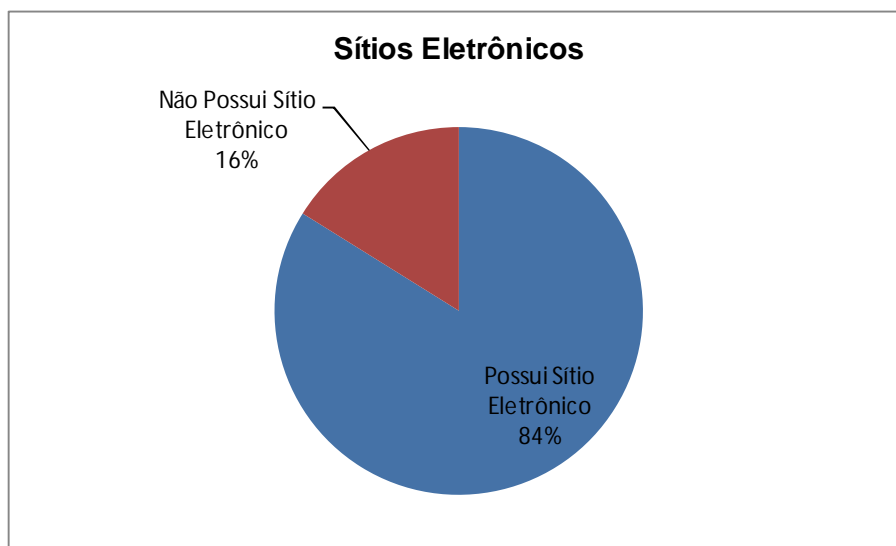
No instrumento de pesquisa, a questão 03 está relacionada ao perfil da ONG, a questão 06 está direcionada a atuação das ONGs e por fim ao funcionamento das ONGs são as questões: 02, 04 e 05.

### 4.1.1 Perfil das ONGs

Descrever o perfil das ONGs se torna importante, pois, permite identificar a cultura organizacional, bem como, a disponibilização de suas informações nos sítios eletrônicos. Esses dados permitem avaliar a sua transparência e ramo de atividade.

Da amostra pesquisada, 84% possuem sítios eletrônicos disponibilizando assim, informações referentes a sua cultura organizacional (visão, missão e valores). E 16% não possuem, demonstrando pouca transparência nas informações essenciais em uma ONG. Conforme gráfico 1 abaixo:

**Gráfico 1- Questão 03: Dados da Empresa**



Fonte: Elaboração própria, 2011

Segundo IORIO (2007), Considera-se, que a ausência de transparência induz à corrupção, fraude, malversação, desconfiança, ilegalidade, ilegitimidade, gerando consequências como:

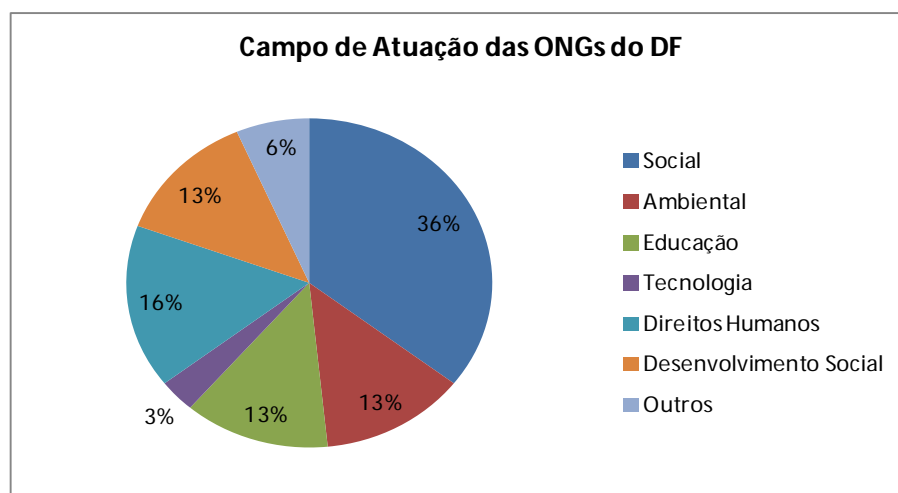
- ✓ Imagem danificada do setor e/ou da organização
- ✓ Falta de credibilidade no setor e/ou nas instituições individualmente
- ✓ Perda de financiamentos e parcerias
- ✓ Pressões para maior controle e fiscalização por parte do estado e da sociedade.

A transparência envolve os conceitos, tais como: Ética; Moralidade; Responsabilidade; Prestação de contas; Obrigações; Resultados e impactos; Legalidade; Legitimidade; Confiança/credibilidade; Visibilidade/publicidade; Controle social; e Sustentabilidade.

#### 4.1.2 Ramo da Atuação das ONGs

Segundo Tachizawa (2007) demonstrou que o principal campo de atuação das ONGs no Brasil, está ligado à área social, o que se comprova nessa pesquisa, com 35,48% das ONGs do Distrito Federal, atuando na área da assistência social. Isso revela a predominância nesse tipo de prestação de serviço demandados pela sociedade, como demonstra o gráfico 2 abaixo.

**Gráfico 2**– Questão 06: A sua organização está envolvida principalmente com (escolha apenas a alternativa que melhor define a sua ONG)



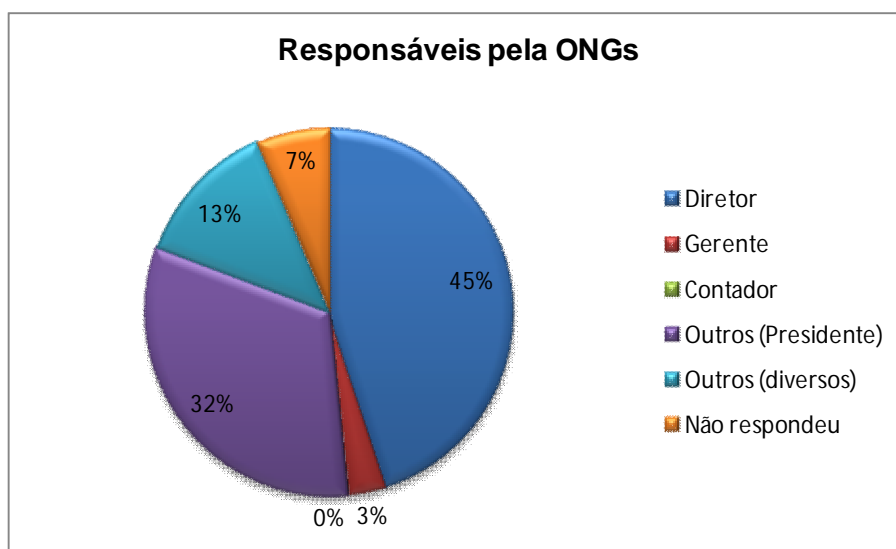
Fonte: Elaboração própria, 2011

Assim, as ações dessas ONGs são direcionadas ao público menos assistidos pelo Estado, tais como: crianças, mulheres, deficientes e idosos. Dessa forma as ONGs desempenham um papel muito importante para a comunidade, contribuindo para uma sociedade igualitária em oportunidades e bem estar social. No questionário a questão 03 e 06 estão relacionadas também com ao ramo de atuação.

### 4.1.3 Funcionamento das ONGs

Observou-se que as ONGs da amostra, a serem confrontadas com a questão 05 (Responsável pela Organização) verificou - se que a maioria dos respondentes: 45% ocupam o cargo de Diretor; cerca de 3% ocupa o cargo de Gerente. Os que responderam “Outros” ocupam cargo de Presidente com 32%, gestores e secretários executivos com 13% e os que não responderam 7% (ver gráfico 3).

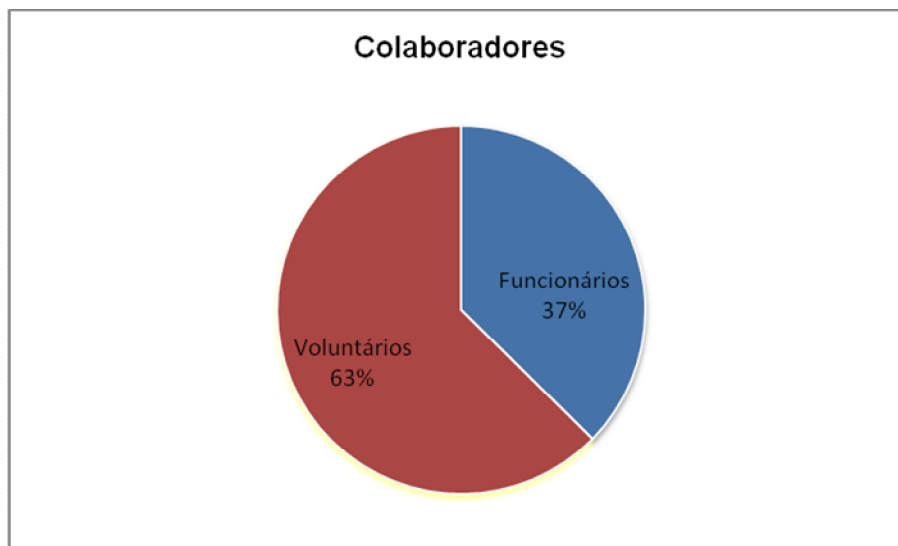
**Gráfico 3**– Questão 05: Responsável pela organização



Fonte: Elaboração própria, 2011

De acordo os resultados pode se verificar que a maioria da ONGs possui uma hierarquia funcional, com um quadro de funcionário condizente com a prestação de serviços e o funcionamento dessas organizações. Dessa forma, na pesquisa, do total auferido foram 229 funcionários e 384 voluntários, com isso, buscou-se mensura o número de funcionários remunerados e não remunerados, os chamados voluntários, nessas entidades, conforme gráfico 4 abaixo:



**Gráfico 4**– Questão 04: Recursos Humanos

Fonte: Elaboração própria, 2011

Segundo (CORULLÓN & WILHEIM, 1996, p. 1):

O Voluntário, como ator social e agente de transformação, presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, doando seu tempo e seus conhecimentos, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto as necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional.

De acordo o 3º art. do DECRETO-LEI N.º 5.452, de 1º de maio de 1943, da Consolidação das leis do Trabalho, considera-se trabalho remunerado “... toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.” BRASIL (1943).

Dessa amostra, examinou-se que 37% são funcionários remunerados, isso deduz que há um comprometimento por parte desses empregados no desenvolvimento dessas entidades em suas atividades. E os outros 63% atuam de forma voluntária, embora não sendo remunerados, se dedicam, a atividades estabelecidas pela ONGs de acordo com o seu perfil de atuação. De acordo com a questão 04 no questionário, está relacionado o funcionamento da organização.

## 4.2 Critérios adotados pelas ONGs no DF na Captação de Recursos

Nesse tópico foi abordado as análises referente a captação de recursos das ONGs pesquisadas referente a questão 07, do instrumento de pesquisa, realizado nas entidades pesquisadas.

### 4.2.1 Captação de Recursos

A captação de recursos realizada pelas ONGs, segundo Tachizawa (2007), é considerada um dos maiores desafios enfrentados pelas entidades, havendo uma crescente escassez de recursos e ao mesmo tempo um aumento da competitividade para obtenção de fundos, geralmente as ONGs são obrigadas a se aprimorarem e inovarem nas diversas formas de captação de recursos.

Concernente ao resultado da amostra, sobre o percentual da captação das receitas, foi encontrado do total respondente, 46% são de origens Nacionais e Governamentais somadas, o que revela a dependência do governo e das empresas privadas nacionais na obtenção de recursos para o funcionamento das atividades oriundas das ONGs.

Assim, 32% das ONGs pesquisadas, depende da geração de receitas vindas do exterior e de venda de Serviços e Produtos, como por exemplo, da confecção de camisetas, vendas, artigos e produtos alimentícios. E por fim 19% referente a “outros” é captado por meios de outras fontes de recursos, tais como: mensalidades de associados, parcerias comerciais, entre outros, conforme tabela abaixo. De acordo com a questão 07 no questionário, está relacionado com a captação de recursos da organização.

**Tabela 11– Questão 07: Qual o percentual da origem da receita**

Captação das Receitas	Frequência	Percentual Acumulada %
Nacionais	7	23
Exterior	6	19
Governo	7	23
Venda de Serv. E Produtos	4	13
Outros	6	19
Não respondeu	1	3
Total	31	100

Fonte: Elaboração própria, 2011

### 4.3 Ética nas Organizações

Nesse capítulo foi abordada a apreciação relativa à Ética nas organizações não governamentais, sugestivo a questão 08, no respectivo instrumento de pesquisa. Com o objetivo de discorrer sobre a ética nas organizações não governamentais pesquisadas.

#### 4.3.1 Distribuição de brindes havendo transferência de recursos para a ONG

Conforme Sá (2000), a ética analisa a vontade e o desempenho virtuoso de ser em face de suas intenções e atuações, quer relativos à própria pessoa, quer em face da comunidade em que se insere.

De acordo com isso, o resultado da pesquisa apresenta que 87% das ONGs não oferecem brinde para os doadores de recursos, de forma a atuar com os princípios éticos em uma organização. E 13% oferecem brindes para seus doadores, por meio de produtos ou serviços oferecidos pela ONG, tais como: camisetas, agendas, canetas e etc. De acordo com a questão 8 no questionário, está relacionado a ética nas organizações.

**Tabela 12– Questão 08: Quando o doador realiza a transferência de recurso, a empresa oferece algum brinde, como meio de retribuição**

Quando o doador realiza a transferência de recurso, a empresa oferece algum brinde, como meio de retribuição	Frequência	Percentual Acumulada %
Não	27	87
Sim	4	13
Total	31	100

Fonte: Elaboração própria, 2011

### 4.4 Transparência nas ONGs do DF

Referente às questões 09, 10, 11 e 12 dos questionários aplicados, foram avaliados sobre a situação da transferência na elaboração das Prestações de contas das ONGs no DF. Com intuito de responder a terceira questão do objetivo específico, além das questões constantes no questionário.

As discussões e análise desse tópico estão divididas em (05) partes para melhor entendimento da pesquisa: Responsável pela elaboração da prestação de contas nas ONGs, normas e regras da contabilidade para prestação de contas, a quem é destinada a prestação de contas, dificuldades encontradas na elaboração das prestações de contas.

#### 4.4.1 Responsável pela elaboração na prestação de contas

Com a finalidade de verificar o responsável pelo setor contábil da organização, observou-se na amostra, que: 32% têm o gerente financeiro em seu quadro funcional. Constatou-se também, que o gerente e o auxiliar administrativo possui o mesmo valor mensurado (ver tabela 13, abaixo). Os cargos que obtiveram menor percentual estão em negrito na tabela.

**Tabela 13– Questão 09: Quem elabora a prestação de contas na organização**

Responsável pela Prestação de Contas	Frequência	Percentual Acumulada %
Gerente	6	19
Gerente Financeiro	10	32
<b>Administrador</b>	2	6
<b>Contador Interno</b>	3	10
<b>Contador Externo</b>	4	13
Auxiliar Administrativo	6	19
Total	31	100

Fonte: Elaboração própria, 2011

Para (OLAK E NASCIMENTO 2006):

Quando recebidos os recursos tanto pelo setor público quanto pelo setor privado cabe a entidade receptor a prestar contas à sociedade da utilização destes. Os provedores querem saber se os recursos colocados à disposição dos gestores foram aplicados nos projetos institucionais, ou seja, se a entidade foi eficaz. Se isso não ocorrer, provavelmente tais entidades terão seus recursos restritos ou até mesmo cortados.

Observou-se para a maioria das ONGs consultadas, o gerente financeiro, é uma figura fundamental na elaboração da prestação de contas, em consequência disso, há uma transparência dos recursos e disponibilização dos mesmos, dos setores públicos e privados.

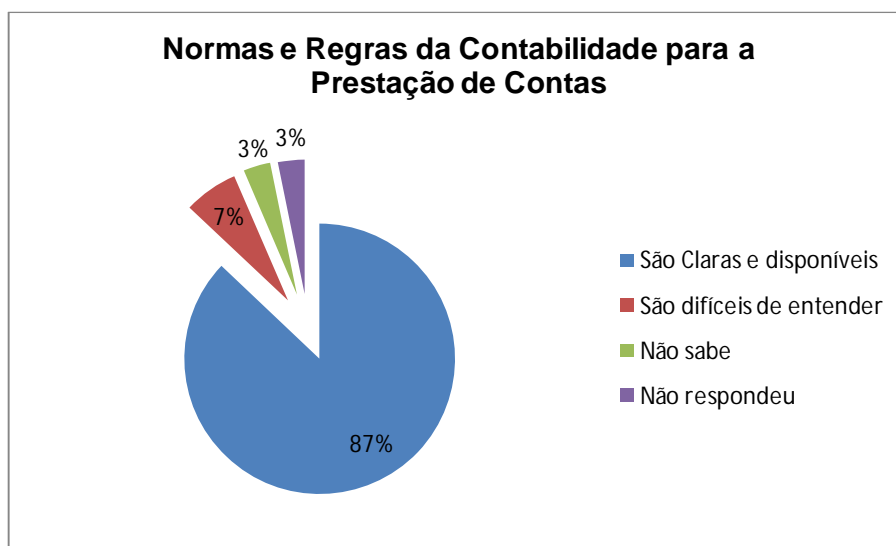
#### 4.4.2 Das normas e regras da contabilidade para prestação de contas

Segundo Zalunca (2004), a regra da contabilidade do terceiro setor é o registro dos recursos recebidos para atender atividades ou projetos específicos de forma separada (em fundos), valendo-se das restrições impostas pelos doadores externos à entidade ou mesmo observando restrições impostas pelos órgãos diretivos da entidade.

Vilanova (2004) propõe à contabilidade auxiliar nessa tarefa: “a possibilidade da contabilidade gerar informações que contribuam para uma adequada avaliação do resultado e do desempenho dessas organizações.”

Para os autores Niyama e Silva (2008), a contabilidade deveria mostrar a preocupação com o trabalho social das entidades do terceiro setor, incluindo os atendimentos aos mais carentes e os benefícios à parcela menos favorecida

**Gráfico 5**– Questão 10 - As normas e regras da contabilidade para a prestação de contas



Fonte: Elaboração própria, 2011

No gráfico 05, foi percebido que 87% das ONGs possuem conhecimento das regras da contabilidade, o que demonstra um maior controle dos recursos para a elaboração da prestação de contas das organizações e menos riscos de irregularidades na prestação de contas. Sendo assim, 7% não entendem sobre as normas e regras do Conselho Federal de Contabilidade e 3% não tem informação das regras contábeis das ONGs.

#### 4.4.3 A quem é destinada a prestação de contas

Da amostra estabelecida na pesquisa 19% da prestação de contas é destinada a pessoa física (Doadores), enquanto 26% são referentes à somatória “ao governo” e “órgãos do governo”, isso releva uma tendência das ONGs buscarem o governo como parceria para implementação em suas atividades e consequência a prestação de contas pelas mesmas.

No que tange aos financiadores, foi encontrado 18%, esse valor é referente às pessoas jurídicas e entidades internacionais, que contribuí com recursos financeiros, demonstrando assim, a destinação da prestação de contas por parte das ONGs a essas entidades ou empresas.

Referente ao público interno o valor mensurado foi de 12%, podendo relacionar a importância da contabilidade na tomada decisão, referente a destinação na prestação de contas.

Para os demais (beneficiários, associados e população em geral), observou-se a relevância da participação da sociedade em aporte financeiro como a finalidade de realizações de projetos em prol da sociedade. Conforme tabela 14 abaixo:

**Tabela 14– Questão 11: A quem é destinada a prestação de contas**

A quem é destinada a Prestação de Contas	Frequência	Percentual Acumulada %
Ao governo	11	12
Financiadores	16	18
<b>Beneficiários</b>	3	3
Público Interno	11	12
Aos Doadores	17	19
Órgãos do Governo	13	14
<b>Associados</b>	12	13
<b>População em geral</b>	7	8
Total	90	100

Fonte: Elaboração própria, 2011

#### 4.4.4 Dificuldades encontradas na elaboração das prestações de contas

A pesquisa procurou investigar a dificuldade encontrada na elaboração da prestação de contas nas organizações não governamentais. Da amostra pesquisada abaixo, mostrou-se que 32% não responderam a questão 12 do instrumento de pesquisa, o que revela a falta de interesse na elaboração da prestação de contas nas ONGs.

Ainda, observa-se que 19% dos respondentes declaram que a falta de profissional, dificulta a elaboração da prestação de contas. Entende-se que a importância de um colaborador em finanças poderá contribuir na transparência na prestação de contas.

Outro elemento apontado na pesquisa com as ONGs, como fator de dificuldades na elaboração da prestação de contas foi a falta de documentos específicos correspondentes a 13%, isso sucinta a falta de transparência contábil, como por exemplo: ausência de notas fiscais, comprovante de despesas e depósitos bancários por parte dessas ONGs. Conforme tabela abaixo:

**Tabela 15– Questão 12: Qual a maior dificuldade para a elaboração da prestação de contas**

Dificuldades para Elaboração da Prestação de Contas	Frequência	Percentual Acumulada %
Falta de conhecimento na área	3	10
Falta de profissional	6	19
Falta de documentos específicos	4	13
Não sabe	8	26
Não respondeu	10	32
Total	31	100

Fonte: Elaboração própria, 2011

Com isso, segundo Oliveira (2009) relata que as exigências na elaboração da prestação de contas, por parte de financiadoras e ou doadores, têm provocado mudanças nas ONGs, sendo que a sua transparência junto ao público e a qualidade na elaboração da documentação organizacional, evitando fraudes, será grande diferencial para a instituição.

## 4.5 Demonstração dos Relatórios Financeiros da ONGs no DF

No que tange as questões 01, 02, e 03 dos questionários aplicados, foram analisados a emissão dos relatórios pelas ONGs no DF, com a finalidade de responder o quinto objetivo específico. Para as discussões e análise desse tópico, houve a divisão de três (3) partes para melhor entendimento do estudo, tais como: Como é realizada a divulgação externa de relatório financeiro; Quais as informações necessárias solicitadas pelos financiadores de recursos das ONGs; e Na divulgação do relatório financeiro são disponibilizados.

### 4.5.1 Divulgação Externa de Relatório Financeiros da ONGs

Segundo o Manual de Procedimentos contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social (CFC 2007) cita o relatório de atividades como peça componente da prestação de contas dessas entidades.

[...] Deve ser elaborado um relatório para cada período da gestão ou exercício financeiro, mesmo que o período da prestação de contas englobe vários exercícios. O relatório deve ter uma linguagem acessível e conter elementos que possibilitem ao usuário verificar a atuação da entidade de acordo com seus fins estatutários. [...]

Na análise, buscou se conhecer acerca da divulgação externa. Assim, 71% realizam por meio da emissão de relatórios financeiros suas prestações de contas. Com isso, fica evidenciado que há uma transparência na divulgação desses relatórios, sendo um requisito importante na captação de recursos para as ONGs.

Conforme tabela abaixo, a segunda maior frequência das respostas, foi à divulgação no próprio site com 23%, confirmando uma tendência para transparência nas prestações de contas das ONGs. As outras formas encontradas na divulgação de relatório externo foram meios de revistas e jornais equivalentes a 6% somadas, ver tabela 16 abaixo:

**Tabela 16– Questão 01: Como é realizada a divulgação externa de relatório financeiro**

Divulgação Externa de Relatório Financeiro	Frequência	Percentual Acumulada %
Emissão de relatórios	25	71



Divulgação no site de sua ONG	-	-
Divulgação no site das ONGs	8	23
Correios	-	-
Por meio de Revistas	1	3
Por meio de Jornal	1	3
Total	35	100

Fonte: Elaboração própria, 2011

#### 4.5.2 Informações necessárias pelos financiadores de recursos das ONGs

Segundo Cunha (2009, pág.36),

Os relatórios financeiros deverão conter informações sobre aspectos que permitam aos doadores de recursos analisarem se as entidades são honestas e eficientes, podendo também analisar outras características além dessas entidades a partir das informações demonstradas.

Com base na citação acima, 28% das ONGs apresentam projetos e Plano de trabalho para seus agentes financiadores para futuros aportes financeiros; com 26% são solicitados relatórios financeiros dos projetos em andamentos ou encerrados; 20% apresentam relatório de desempenho de atividades. Esses dados são importantes serem divulgados, pois permitem a essas entidades trabalhar com recursos financeiros para realizarem suas atividades. Ver tabela 17 abaixo:

**Tabela 17– Questão 02: Quais as informações necessárias solicitadas pelos financiadores de recursos das ONGs**

Informações solicitadas pelos Financiadores de recursos	Frequência	Percentual Acumulada %
Relatórios de desempenho	15	20
Relatórios financeiros	20	26
Informações sobre o beneficiário	14	18
Projetos e Plano de Trabalho	21	28
Não respondeu	6	8
Total	76	100

Fonte: Elaboração própria, 2011

### 4.5.3 Na divulgação do relatório financeiro, são disponibilizados:

Conforme tabela 15, a falta de documentos específicos (13%) corrobora com os dados encontrados na tabela 18. Observa-se que 20% é referente a extratos bancários, 18% por meios dos formulários específicos, 17% Notas Fiscais, 32% equivalem a somatória de contratos assinados e recibos.

**Tabela 18– Questão 03: Na divulgação do relatório financeiro, são disponibilizados (marques todas as opções que a ONG divulga)**

Na divulgação do relatório financeiro são disponibilizados	Frequência	Percentual Acumulada %
Extratos bancários	24	20
Notas Fiscais	21	17
Contratos Assinados	19	16
Recibos	19	16
Formulários Específicos	22	18
outros	17	14
Total	122	100

Fonte: Elaboração própria, 2011

Para o manual de procedimentos contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social (CFC 2007) menciona que no relatório de atividades é como peça componente da prestação de contas dessas entidades, o autor discorre:

[...] O relatório de atividades é um documento circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos no período da gestão, acompanhado de elementos que comprovem a efetiva realização, de acordo com as finalidades estatutárias da entidade. Deve-se mencionar, por exemplo, os programas realizados pela entidade, o número de pessoas beneficiadas, os meios utilizados para atingir as finalidades, como, por exemplo, os valores gastos, o número de voluntários, etc. Relatórios demasiadamente analíticos devem ser evitados, a não ser que solicitados pelo órgão incumbido da análise. A concisão, porém, não deve prejudicar a visão sistêmica das atividades e os meios utilizados para alcançar os objetivos. (CFC, 2007)

Portanto a dificuldade na elaboração da prestação de contas transcorre da falta dessas informações que são fundamentais para a transparência e a prestação de contas dessas organizações não governamentais para a captação de novos recursos.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao pesquisar sobre a transparência da aplicadas nas prestações de contas e nos relatórios financeiros emitidos pelas organizações não governamentais (ONGs) do Distrito Federal (DF) de modo a viabilizar novos recursos, conclui se que as Organizações não governamentais do DF, realizam suas prestações de contas regularmente e emitem os seus relatórios financeiros em suas ONGs. Havendo uma atenção especial para a atuação de um profissional com conhecimentos das normas e regras da contabilidade, sendo um quesito importante para o desenvolvimento da área financeira.

Diante desse resultado, foi identificado que as ONGs do Distrito Federal têm maior atuação na área social e que 84% possuem sítios eletrônicos nas páginas da internet para acesso geral. A maioria das ONGs do DF recebem aportes financeiros das entidades governamentais e nacionais. 87% das ONGs do DF, não distribuem nenhum brinde como recompensa do recebimento de recursos.

A elaboração na prestação de contas nas ONGs do DF é feita pelo gerente financeiro. A maioria das ONGs tem conhecimentos das normas e regras da contabilidade. A destinação da prestação de contas é dedicada ao governo. Das dificuldades encontradas para a elaboração da prestação de contas, foi à falta de um profissional na área contábil.

As ONGs do DF divulgam seus relatórios externos, por meio da emissão dos relatórios financeiros. Em relação à questão 01 foi informado para a ONG o objetivo da pesquisa, não gerando nenhuma informação. E a questão 02 foi solicitada o nome do participante da entrevista, sua função e data da entrevista (aplicação do questionário) por e-mail, não havendo discussões.

Quanto à questão 04: foi observado que 63% atuam como voluntários nas ONGs, por não receberem remuneração dedicam seu tempo de acordo com a necessidade da organização. Em relação à questão 05, observou-se que 45% foi representado pelo cargo de Diretor, e 32% é representado pelo Presidente, a amostra evidencia a maioria das ONGs, há uma hierarquia funcional, sendo importante para o momento de tomada de decisão.

Da questão 06, foi identificado que 36% das ações realizadas pelas ONGs atuam na área social, seguido de 16% dos respondentes ligados a área de Direitos Humanos, e sendo que às áreas (meio ambiente, educacional e desenvolvimento social) estão envolvidas no percentual de 13% de cada.

Quanto à questão 07, observou-se que 46% dos recursos recebidos das áreas governamentais e de empresas privadas para o desenvolvimento de suas atividades e 32% das ONGs suas receitas são por meio de aportes de recursos do exterior e de venda de serviços ou produtos, tais como: vendas de artigos e produtos alimentícios, confecção de roupas em prol de campanhas sociais.

Para à questão 08, percebeu-se que 87% não distribui nenhum brinde, como recompensar do recebimento de aportes financeiros, sendo um fator relevante na organização acerca de seus princípios éticos. Observar se ainda, 13% oferecem brindes, por meios da divulgação dos serviços e produtos, tais como: materiais específicos (agendas, camisetas e etc), não havendo falta de ética.

Na questão 09, observou-se que 32% de quem elabora a prestação de contas é realizado pelo gerente financeiro. Quanto à questão 10, foi observado que 87% dos pesquisados têm conhecimento das normas e regras contábeis, obtendo um maior controle financeiro, possivelmente, evitando irregularidades nas prestações de contas pelas organizações.

Para a questão 11, observou-se que maioria das ONGs possuem projetos oriundos do governo chegando a 26% como parceiros no desenvolvimento dos projetos. Da questão 12, de 31 ONGs pesquisadas, o percentual de 32% não respondeu essa questão, sendo um dado preocupante, mostra que as ONGs não tiveram interesse sobre o assunto.

Na divulgação da Demonstração dos Relatórios Financeiros. Da questão 01 analisou-se que 71% das ONGs realizam a divulgação por meio da emissão de relatórios financeiros suas prestações de contas e de divulgação por meio de seu próprio site foi de 23%.

Para questão 02, observou-se que 28% das organizações não governamentais que os financiadores solicitam as informações sobre os projetos e plano de trabalho das atividades firmadas e desenvolvidas.

Da questão 03, percebeu-se que 20% fazem divulgação por meio dos extratos bancários das organizações e 32% considerando a soma de (notas fiscais e formulários específicos) sendo também essa documentação importante para compor o processo da divulgação da transparência da ONG para a sociedade.

Para futuras pesquisas, sugere aprofundamento sobre o tema Organizações não governamentais no Brasil, principalmente no que tange aos convênios e contratos firmados junto aos órgãos públicos, bem como, como a prestações de contas analisada e aprovada, podendo evitar o início de uma CPI.

## REFERÊNCIAS

A Contabilidade do Terceiro Setor: o Caso **Anália Franco**. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos11/6014267.pdf>. Acesso em 16 nov. 2011.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

ARRUDA, M. C. C. **Notas de palestra proferida no Seminário Ética nos Negócios**. São Paulo: Fundação FIDS/Conselho Regional de Administração, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAPTADORES DE RECURSOS. **Código de ética**. [S.l.], 2011. Disponível em: <http://captacao.org/recursos/institucional/codigo-de-etica.html>. Acesso em: 13 ago. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAPTADORES DE RECURSOS. **Captção de recursos: fontes distintas exigem estratégias diferentes**. [S.l.], 2009. Disponível em: <http://captacao.org/site/artigos/584-captacao-de-recursos-fontes-distintas-exigem-estrategias-diferentes>. Acesso em: 17 out. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ABONG. **Manual de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não governamentais**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

BOARD, John et al. **Transparency and fragmentation: financial market regulation in a dynamic environment**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2002.

BRASIL. Código Civil Brasileiro. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 18 nov. 2011.

BRASIL. Código Civil Brasileiro. Lei 11.127, de 28 de junho de 2005. Altera os arts. 54, 57, 59, 60 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e o art. 192 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 jun. 2005. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/b110756561cd26fd03256ff500612662/fa02df936a4daf790325702f003ddee9?OpenDocument>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

CAMARGO, Mariângela F. et al. **Gestão do terceiro setor no Brasil**: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001.

CAMPOS, José Roberto Bassul. **Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam no Brasil especialmente nas áreas ambiental indígena e mineral**. Brasília: Senado Federal, 1999. Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasília, 14 de outubro de 1999. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/especiais/OrganizacoesNaoGovernamentaisais.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Organizações não-governamentais nas áreas ambiental, indígena e mineral**. Brasília: Senado Federal, 1999. Consultoria Legislativa. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/especiais/OrganizacoesNaoGovernamentaisais.pdf>>. Acesso em: 10 de out.2011.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor*: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Senac, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2. ed. Brasília: CFC, 2004. Disponível em: <[http://www.fbc.org.br/pdf/manual\\_fundacoes2ed.pdf](http://www.fbc.org.br/pdf/manual_fundacoes2ed.pdf)>. Acesso em: 25 abr.2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social**. Brasília: CFC, 2003.

CORULLÓN, Monica; WILHEIM, Ana Maria. **Voluntários**: programa de estímulo ao trabalho voluntário no Brasil. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, 1996.

CUNHA, José Humberto da Cruz. **Captação de recursos para entidades sem fins lucrativos:** diretrizes para a divulgação de informações. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, UnB/UFPB/UFRN, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/7598>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública:** concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. São Paulo: Atlas, 2009.

DRUCKER, Peter F. **Administrando em organizações sem fins lucrativos:** princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

FALCONER, Andrés P.; VILELA, Roberto. **Recursos privados para fins públicos:** as grantmakers brasileiras. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Tomada de contas especial:** processo e procedimento nos tribunais de contas e na administração pública. 2. ed. Brasília, DF: Editora Brasília Jurídica, 1998.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.

FISCHER, Rosa Maria e Falconer, Andrés Pablo. Desafios da parceria governo e terceiro setor – São Paulo. **Revista de Administração**, São Paulo, v.33, n.1, p.12-19, jan. / mar. 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIMENES, Éder Rodrigo. Transparência na prestação de contas por organizações do terceiro setor. **Revista Urutágua:** acadêmica multidisciplinar: DCS/UEM, Maringá, n. 20, jan./abr.2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/Article/6493>. Acesso em: 19 abr. 2011.

GIMENEZ, F. A. P. et al. Estratégia em pequenas empresas: uma aplicação do modelo de Miles e Snow. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 53-74, mai./ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v3n2/v3n2a04.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

GUIAME. **Captação de recursos**: fontes distintas exigem estratégias diferentes. [S.l.], 2009. Disponível em: <[http://www.guiame.com.br/v4/materia.asp?cod\\_pagina=1705&cod\\_noticia=21479](http://www.guiame.com.br/v4/materia.asp?cod_pagina=1705&cod_noticia=21479)>. Acesso em: 18 nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas**: 2002 e 2005. Brasília, [2005?]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/>>. Acesso em: 18 nov.2011.

\_\_\_\_\_. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. Brasília, 2002. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/default.shtm>>. Acesso em 19 mar. 2011.

IORIO, Cecília. Normas, procedimentos e instrumentos de transparência das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos do Brasil. In: BRITO, Márcia; MELO, Maria Emilia (org.). **Hábitos de doar a captar recursos no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2007.

LAKATOS, Eva M.; MARCONOI, Mariana A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. **A ética profissional no serviço público brasileiro**. [S.l.], [2002?]. Disponível em: <<https://bvc.cgu.gov.br/items-by-author?author=Mafra+Filho%2C+Francisco+de+Salles+Almeida>>. Acesso em: 27 mai. 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Manual para usuários de entidades privadas sem fins lucrativos**. [Brasília], 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios\\_contratos/convenios\\_parcer](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/convenios_parcer)>



[ia/download convenios parcerias/6 Manual para Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos .pdf](#)>. Acesso em: 21 out. 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Paulo Haus. As Relações de Trabalho e o Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Rede de Informações para o Terceiro Setor, 2000. Disponível em <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em 08 Fev.2003

MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=prestação>. Acesso em: 21 out. 2011.

MILANI FILHO, Marco A. F. **A função controladoria em entidades filantrópicas**: uma contribuição para a avaliação de desempenho. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Lei 9790/99 como alternativa para o terceiro setor. 2. ed. Brasília, [200-?]. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/snj/oscip.htm>>.\_Acesso em: 21 out. 2011.

MODESTO, Paulo. Reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil. **Revista de Direito Administrativo**, n. 214, p. 55-68, out./dez. 1998.

MURARO, Piero; LIMA, José Edmilson de Souza. Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações. **Revista da FAE**, v.6, n.01, jan./abr.2006, p.79 – 88. Disponível em: <HTTP://www.fae.edu/publicacoes/pdf> Acesso: 27 mai. 2009.

NANUS, Burt e DOBBS, Stephen M. Liderança para o Terceiro Setor - Estratégias de Sucesso para Organizações Sem Fins Lucrativos . São Paulo: Futura; 2000.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos** (terceiro setor). 2.ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. **Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do Terceiro Setor brasileiro**. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

PAES, José Eduardo S. **Fundações, associações e entidade de interesse social, aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 6 ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

SALADO, Rigéria. **Quanto mais transparente, mais colorido é o Terceiro Setor**. Porto Alegre: Parceiros Voluntários. Disponível em: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/projetosemparceria/bid/arquivos/Quantomaistransparentemais%20colorido.pdf>>. Acesso em: 01 nov.2011.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA, Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, v. 3, n. 2, maio./ago. 1999. 21p.

SÁ, Antonio Lopes. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2000. 245 p.

SOUZA, P. C. C. de. **As fronteiras entre o primeiro, segundo e terceiro setores**. Curitiba: CRPR, [200-?]. Disponível em: <<http://www.crpr.org.br>>. Acesso em: 07 jul. 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TEODOSIO, A. dos S. de S. Organizações não governamentais entre a justiça social e a eficiência gerencial: armadilhas, perspectivas e desafios da modernização das políticas públicas locais. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, ano 2, n. 1, p. 97-121, jun. 2002.

TERCEIRO setor e tribunal de contas. [S.l.]: Recanto das Letras, 2011. Disponível em: <<http://66.228.120.252/textosjuridicos/2808232>>. Acesso em: 17 out. 2011.

MURARO, Piero; LIMA, J. E. S. Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, n.1, p.79-88, jan./abr. 2003.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Sobre a prestação e tomada de contas ao TCU**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/prestacao\\_tomada](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/prestacao_tomada)>. Acesso em: 18 mar. 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Relação de instituições de acolhimento: atualizada em 03/03/2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <[www.tjdft.jus.br/trib/vij/docVij/relabrigos.pdf](http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/docVij/relabrigos.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2011.

## APÊNDICES

### APÊNCIDE A:

**QUESTIONÁRIO** aplicado aos Gestores das **Organizações Não Governamentais - ONGs**

#### PRESTAÇÃO DE CONTAS

<b>1. OBJETIVO DA PESQUISA</b>	
<b>Aplicação do Questionário</b>	Analisar e Diagnosticar como são confeccionados os Relatórios da Prestação de Contas, quesitos para liberação de futuros recursos

<b>2. Participantes da entrevista</b>	
Nome do(s) participante(s)	
Função do(s) entrevistado(s)	
Data da entrevista	

<b>3. Dados da empresa</b>	
Nome da Empresa:	
Razão Social	
Data da Fundação:	
Local:	
E-mail:	
Site:	
Setor:	
Ramo:	
Visão	
Missão	
Valores	

<b>4. Recursos Humanos</b>	
Quantos funcionários:	
Qual o número de funcionários (que recebem remuneração)?	
Qual o número de voluntários?	

<b>5. Responsável pela organização</b>	
<input type="checkbox"/> Diretor	<input type="checkbox"/> Gerente
<input type="checkbox"/> Contator	<input type="checkbox"/> Outros - Especifique

<b>6. A sua organização está envolvida principalmente com (escolha apenas a alternativa que melhor define a sua ONG):</b>	
<input type="checkbox"/> Cultura e recreação <input type="checkbox"/> Educação e pesquisa <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Assistência social <input type="checkbox"/> Meio ambiente <input type="checkbox"/> Desenvolvimento social,econômico e moradia	<input type="checkbox"/> Serviços legais,defesa de direito civis e organização políticas <input type="checkbox"/> Intermediários filantrópicos e promotores do voluntariado <input type="checkbox"/> Atividades internacional <input type="checkbox"/> Região <input type="checkbox"/> Sindicatos e órgãos de classe <input type="checkbox"/> Não classificados em outros grupos

<b>7. Qual o percentual da origem da receita?</b>	
Origem da receita	%
Doações nacionais	
Doações do exterior	
Governo	
Venda de serviços ou produtos	
Outro, especifique:	

<b>8. Quando o doador realiza a transferência de recurso, a empresa oferece algum brinde, como meio de retribuição</b>	
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

<b>9. Quem elabora a prestação de contas na organização?</b>	
<input type="checkbox"/> Gerente	<input type="checkbox"/> Contador Interno
<input type="checkbox"/> Gerente Financeiro	<input type="checkbox"/> Contador Externo
<input type="checkbox"/> Administrador	<input type="checkbox"/> Auxiliar Administrativo

<b>10. As normas e regras da contabilidade para a prestação de contas:</b>	
<input type="checkbox"/> São claras e disponíveis	<input type="checkbox"/> não sabe
<input type="checkbox"/> São difíceis de entender	

<b>11. A quem é destinada a prestação de contas?</b>	
<input type="checkbox"/> Ao governo	<input type="checkbox"/> Aos doadores
<input type="checkbox"/> Público interno	<input type="checkbox"/> Órgãos do governo
<input type="checkbox"/> Financiadores	<input type="checkbox"/> Associados
<input type="checkbox"/> Beneficiários	<input type="checkbox"/> Ao governo
<input type="checkbox"/> Público interno	<input type="checkbox"/> População em geral

<b>12. Qual a maior dificuldade para a elaboração da prestação de contas?</b>	
<input type="checkbox"/> Falta de conhecimento na área	<input type="checkbox"/> falta de documentos específicos
<input type="checkbox"/> Falta de profissional	<input type="checkbox"/> não sabe

**APÊNCIDE B:**

**QUESTIONÁRIO** aplicado aos Gestores das **Organizações Não Governamentais – ONGs**

**RELATÓRIO FINANCEIRO**

<b>1. Como é realizada a divulgação externa de relatório financeiro?</b>	
<input type="checkbox"/> Emissão de relatórios	<input type="checkbox"/> correios
<input type="checkbox"/> Divulgação no site de sua ONG	<input type="checkbox"/> por meio de Revistas
<input type="checkbox"/> Divulgação no site das ONGs	<input type="checkbox"/> por meio de Jornal
<b>2. Quais as informações necessárias solicitadas pelos financiadores de recursos das ONGs?</b>	
<input type="checkbox"/> Relatórios de desempenho	<input type="checkbox"/> Informações sobre o beneficiário
<input type="checkbox"/> Relatórios financeiros	<input type="checkbox"/> Projetos e Plano de trabalho
<b>3. Na divulgação do relatório financeiro, são disponibilizados (marques todas as opções que a ONG divulga)</b>	
<input type="checkbox"/> Extratos bancários	<input type="checkbox"/> Recibos
<input type="checkbox"/> Notas Fiscais	<input type="checkbox"/> Formulário específico
<input type="checkbox"/> Contratos assinados	<input type="checkbox"/> outros, especifique:

**APÊNCIDE C:**

Tabela 19 - Organizações não governamentais do Distrito Federal que responderam o questionário

Organizações não governamentais do Distrito Federal		
nº	Nome da ONG	Atuação
1	ABRACE - Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadora de Câncer e Hemopatias	Assistência Social
2	ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos	Direitos Humanos à Alimentação
3	ACLUG - Associação de Cidadãos da Galeria dos Estados	Defesa de Direitos Difusos de Cidadania Urbana
4	AEC - Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia	Pessoas com Deficiências Físicas e Mentais
5	AGERE- Cooperação em Advocacy	implementação de políticas públicas e para a justiça social
6	ALDEIAS INFANTIS do Brasil	Assistência Social
7	ANDI – Comunicação e Direitos	Promoção da Cidadania e da Assistência Social
8	ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero	Saúde (Pesquisa, Assessoramento e Capacitação em bioética na América Latina)
9	ANJ - Associação Nacional de Jornais	Defender a liberdade de expressão, do pensamento e da propaganda
10	APADA - Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADA	Assistência Social, cultura, prestação de serviços educacionais e saúde

11	APAE/DF - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal	Promove o atendimento sócio-ocupacional, a educação profissional e o encaminhamento de pessoas com deficiências intelectual e múltipla para o mundo de trabalho
12	ASILO - Lar dos Velhinhos	Instituição de Longa Permanência para IDOSOS
13	C V V - Brasília	Programa de Prevenção de Suicídio
14	CDI - Comitê para Democratização da Informática Distrito Federal e Entorno	Inclusão Digital
15	CECRIA - Centro de referência para estudos em favor de crianças e adolescentes	Defesa de Direitos Humanos
16	CETEFÉ - Centro de Treinamento em Educação Física Especial	Esporte - Pessoa com Deficiência
17	CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria	Defesa de Direitos Humanos
18	Comissão Jovem Gente como a Gente	Associação Deficientes
19	CONAJE - Confederação Nacional do Jovens	Empreendedorismo para os Jovens
20	CUFADF - Central Única das Favelas do Distrito Federal	Associação - Empreendedorismo Social
22	Grupo Interagir	Projetos Sociais
21	Grupo Luz e Cura	Assistência Social
23	INCEP - Instituto Cultural e Educacional do Paraguaçu — Brasília	Gestão de Projetos
24	INESC – Instituto de Estudos Socioeconômico	Associação de Defesa de Direitos Sociais
25	ISPN – Instituto Sociedade População e Natureza	Meio Ambiente



26	JADF _ Associação Junior Achievement do DF	Educação Empreendedora
27	MEB - Movimento de Educação de Base	Educação Popular
28	PESTALOZZI - Associação Pestalozzi de Brasília	Assistência Educacional e Social - Reabilitação para pessoas com deficiências intelectuais, físicas e motoras
29	SERVOS - Sociedade de Empenho na Recuperação de Vidas através da Oração e Serviço	Assistência Social
30	T-Bone - Açougue Cultural	Projetos Culturais - Artes Integradas
31	WWF do Brasil - Fundo Mundial para a Natureza	Meio Ambiente e Natureza

Fonte: Elaboração própria, 2011

## ANEXOS

## Anexos 1- Demonstrativo da Execução Financeira (Receitas e Despesas)

PRESTAÇÃO DE CONTAS – PARCIAL DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA (RECEITA E DESPESA)						ANEXO <b>1</b>		
1 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE				2 - UF	3 - Nº DO CONVÊNIO / ANO	4 - Nº DA PARCELA		
5 - Nº DO PROCESSO DE CONCESSÃO		6 - CNPJ		7 - EXERCÍCIO		8 - VALOR RECEBIDO		
8.1 - RENDIMENTOS DA APLICAÇÃO FINANCEIRA			8.2 - VALOR DA CONTRAPARTIDA UTILIZADO			8.3 - TOTAL		
9 – AÇÃO / ESPECIFICAÇÃO			10 - RECEITA EFETIVADA R\$ 1,00		11 - DESPESA REALIZADA R\$ 1,00		12 - SALDO R\$ 1,00	
			10.1 - NO PERÍODO	10.2 - ATÉ O PERÍODO	11.1 - NO PERÍODO	11.2 - ATÉ O PERÍODO	12.1 - NO PERÍODO	12.2 - ATÉ O PERÍODO
13 - TOTAL								
14 - TOTAL ACUMULADO								
15 – AUTENTICAÇÃO								
_____/_____/_____ DATA :			_____ NOME DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO		_____ NOME DO RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS		_____ NOME DO DIRIGENTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL	
_____ ASSINATURA DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO			_____ ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS		_____ ASSINATURA DO DIRIGENTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL			

Fonte: www.fnade.gov.br

## Anexos 2- Relação de pagamentos efetuados

<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS</b>		<b>ANEXO 2</b>				
1 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE			2 - UF	3 - Nº DO CONVÊNIO / ANO	4 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS <input type="checkbox"/> PARCIAL <input type="checkbox"/> FINAL	
5 - Nº DO PROCESSO DE CONCESSÃO		6 - CNPJ		7 - Nº DE PARCELA		8 - EXERCÍCIO

9 - Nº DE ORDEM	10 - NOME DO FAVORECIDO / CNPJ OU CPF / ENDEREÇO	11 - INSC. EST./MUN.	12 - DOCUMENTO			13 - PAGAMENTO				
			12.1 - TIPO	12.2 - NÚMERO	12.3 - DATA	13.1 - Nº CH / OB	13.2 - DATA	13.3 - NAT. DESPESA	13.4 - VALOR R\$ 1,00	
14 - TOTAL .....										
15 - TOTAL ACUMULADO .....										

16 - AUTENTICAÇÃO			
____/____/____ DATA :	_____ NOME DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	_____ NOME DO RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS	_____ NOME DO DIRIGENTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL
_____ ASSINATURA DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	_____ ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS	_____ ASSINATURA DO DIRIGENTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL	

Fonte: www.fnnde.gov.br

### Anexos 3 – Relatório de Execução Física

		PRESTAÇÃO DE CONTAS – FINAL RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA			ANEXO <b>3</b>
1 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE				2 - UF	
3 - CNPJ		4 - Nº DO PROCESSO DE CONCESSÃO		5 - Nº DO CONVÊNIO / ANO	
6 - EXERCÍCIO					
7 - AÇÃO / ESPECIFICAÇÃO		8 - UNIDADE	9 - QUANTIDADE		
			9.1 - APROVADA	9.2 - REFORMULADA	9.3 - EXECUTADA
10 - AUTENTICAÇÃO					
_____ DATA :		_____ NOME DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO		_____ NOME DO RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS	
_____ ASSINATURA DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO		_____ ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS		_____ NOME DO DIRIGENTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL	
				_____ ASSINATURA DO DIRIGENTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL	

Fonte: [www.fn.de.gov.br](http://www.fn.de.gov.br)

### Anexos 4- Relação de Bens adquiridos ou produzidos

PRESTAÇÃO DE CONTAS RELAÇÃO DE BENS ADQUIRIDOS OU PRODUZIDOS						ANEXO <b>4</b>
1 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE			2 - UF	3 - Nº DO CONVÊNIO / ANO		4 - TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS <input type="checkbox"/> PARCIAL <input type="checkbox"/> FINAL
5 - Nº DO PROCESSO DE CONCESSÃO		6 - CNPJ		7 - Nº DE PARCELA		8 - EXERCÍCIO
9 - DOCUMENTO			10 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENS	11 - QUANTIDADE	12 - VALOR - R\$ 1,00	
9.1 - TIPO	9.2 - NÚMERO	9.3 - DATA			12.1 - UNITÁRIO	12.2 - TOTAL
13- TOTAL .....						
14 - TOTAL ACUMULADO .....						
15 - AUTENTICAÇÃO						
____/____/____ DATA :	_____ NOME DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	_____ NOME DO RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS	_____ NOME DO DIRIGENTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL			
	_____ ASSINATURA DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	_____ ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS	_____ ASSINATURA DO DIRIGENTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL			

Fonte: www.fnnde